

Academia Militar

Direcção de Ensino

Curso de Cavalaria

Trabalho de Investigação Aplicada

O Sniper nas Operações de Reconhecimento

Autor – Aspirante Aluno de Cavalaria João Carvalho

Orientador – Major de Infantaria Cristo

Co-Orientador – Tenente-Coronel de Infantaria Queijo

Lamego, Maio de 2009



Academia Militar

Direcção de Ensino

Curso de Cavalaria

Trabalho de Investigação Aplicada

O Sniper nas Operações de Reconhecimento

Autor – Aspirante Aluno de Cavalaria João Carvalho

Orientador – Major de Infantaria Cristo

Co-Orientador – Tenente-Coronel de Infantaria Queijo

Lamego, Maio de 2009

Este trabalho é dedicado aos meus pais e aos meus camaradas de curso, pelo apoio que nunca me negaram.

Agradecimentos

Agradeço ao Major de Infantaria Ricardo Cristo, que na qualidade de orientador, sempre se disponibilizou para me esclarecer em todos aspectos relativos à elaboração do trabalho.

Ao Tenente-Coronel de Infantaria Queijo, que na qualidade de co-orientador, sempre se preocupou e disponibilizou em me auxiliar na elaboração do trabalho.

Ao Coronel de Infantaria Sepulveda Velloso, que na qualidade de Comandante do Centro de Tropas de Operações Especiais, me recebeu dignamente na sua unidade.

Ao Tenente-Coronel de Cavalaria Rodrigues Ramos, que na qualidade de director dos cursos de Cavalaria da Academia Militar, procurou sempre estar presente durante o tirocínio.

Ao Capitão de Infantaria Andrade, que na qualidade de Comandante do Grupo de Operações Especiais Bravo, efectuou a ligação entre mim e as actividades do Pelotão Sniper.

Ao Primeiro Sargento de Infantaria Moura, que na qualidade de Comandante do Pelotão Sniper, me esclareceu e instruiu em determinados conceitos e aspectos relativos à arte do Sniper.

A todos os militares do Centro de Tropas de Operações Especiais, por me terem acolhido no seu dia-a-dia, que apesar das muitas actividades da unidade, sempre se disponibilizaram a ajudar-me.

Agradeço ainda aos meus camaradas do curso de Cavalaria pela camaradagem demonstrada desde o dia em que nos foram impostas as insígnias da arma.

Índice

Agradecimentos	ii
Glossário de Abreviaturas e Termos.....	iii
Resumo	v
Abstract	vi
Introdução.....	1
CAPÍTULO I – O AMBIENTE OPERACIONAL.....	1
1.1 Definição de Ambiente Operacional.....	1
1.2 Factores que influenciam o Ambiente Operacional.....	1
1.2.1 Desastres Naturais	2
1.2.2 Escassez de Recursos.....	2
1.2.3 Globalização	2
1.2.4 Urbanização.....	3
1.2.5 Mudanças Demográficas.....	3
1.2.6 Proliferação de Armas de Destruição Maciça	3
1.3 Ambiente Operacional Contemporâneo.....	3
1.3.1 Objectivos Nacionais	4
1.3.2 Objectivos Militares.....	5
1.3.3 Ameaça.....	5
1.3.4 Área de Operações	5
1.3.5 Tecnologia.....	6
1.3.6 Unidade de Esforço.....	6
1.3.7 Informação	6
CAPÍTULO II – OPERAÇÕES DE RECONHECIMENTO TERRESTRE	9
2.1 Caracterização de Reconhecimento Terrestre	9
2.1.1 Definição	9
2.1.2 Objectivo	9
2.1.3 Fundamentos	10
2.1.4 Características das Unidades de Reconhecimento.....	11
2.2 Tipos de Operações de Reconhecimento	12
2.2.1 Reconhecimento de Itinerário	12
2.2.2 Reconhecimento de Área	14
2.2.3 Reconhecimento de Zona.....	14
2.2.4 Reconhecimento em Força.....	15
CAPÍTULO III – SNIPER	16
3.1 Evolução Histórica do Sniper.....	16
3.1.1 Origem do termo Sniper.....	16
3.1.2 Guerra da Independência dos Estados Unidos da América (EUA)	16
3.1.3 Primeira Guerra Mundial	16
3.1.4 Segunda Guerra Mundial	17
3.1.5 Contra-guerrilha em África	20
3.1.6 Guerra do Golfo – <i>Operation Desert Storm</i>	21
3.1.7 Segunda Guerra do Golfo – <i>Operation Iraqi Freedom</i>	21
3.2 Caracterização do Sniper.....	22
3.2.1 Definição	22
3.2.2 Missão	22
3.2.3 Emprego Operacional	23
3.2.4 Princípios.....	24
3.2.5 Comando e Controlo	25
3.2.6 Armamento e Equipamento.....	25
3.2.7 Atirador Especial – <i>Designated Marksman</i>	27

CAPÍTULO IV – SNIPER NAS OPERAÇÕES DE RECONHECIMENTO	28
4.1 Possibilidades do Sniper nas Operações de Reconhecimento.....	28
4.2 Emprego de Snipers	30
4.2.1 O Sniper nas Operações de Reconhecimento de Itinerário	30
4.2.2 O Sniper nas Operações de Reconhecimento de Área.....	30
4.2.3 O Sniper nas Operações de Reconhecimento de Zona	32
4.2.4 O Sniper nas Operações de Reconhecimento em Força	32
4.3 Sniper no ISTAR	32
4.4 Os Snipers do CTOE no Afeganistão	33
Conclusão	36
Bibliografia.....	39
ANEXO A – Armas e Equipamento	
ANEXO B – Afeganistão	
ENTREVISTAS	
Comandante do Grupo de Operações Especiais Bravo	
Comandante do Pelotão Sniper	

Lista de Abreviaturas e Acrónimos

IGM – Primeira Guerra Mundial

IIGM – Segunda Guerra Mundial

ADM – Armas de Destruição Maciça

ACINT – Informações por Meios Acústicos (Accustic Intelligence)

BrigInt – Brigada de Intervenção

BrigMec – Brigada Mecanizada

BRR – Brigada de Reacção Rápida

CAS – Apoio Aéreo (Close Air Support)

CC – Carros de Combate

CCIR - Requisito de Informação Crítica do Comandante (Commander's Critical Intelligence Requirements)

CCMDS – Companhia de Comandos

CPLC – Comunidade de Países de Língua Portuguesa

CTOE – Centro de Tropas de Operações Especiais

DOE – Destacamento de Operações Especiais

EA – Área de Empenhamento (Engagement Area)

ERec – Esquadrão de Reconhecimento

EUA – Estados Unidos da América

FAP – Forças Armadas Portuguesas

FND – Força Nacional Destacada

FIR – Força de Intervenção Rápida

FOPE – Forças Operacionais Permanentes do Exército

GU – Grande Unidade

HMMWV – High Mobility Multi Propose Wheeled Vehicle

HUMINT – Informações por Meios Humanos (Human Intelligence)

HVT – Objectivo de Elevado Valor (High Value Target)

IPB – Estudo do campo de batalha pelas Informações (Intelligence Preparation of the Battlefield)

IMINT – Informações de Imagens (Imagery Intelligence)

ISAF – International Security Assistance Force

ISTAR – Informações, Vigilância, Aquisição de Objectivos e Reconhecimento (Intelligence, Surveillance, Target Acquisition and Reconnaissance)

KFOR – Kosovo Force

MITM-TC – Missão, Inimigo, Terreno, Meios, Tempo e considerações de âmbito civil.

NATO – Organização do Tratado do Atlântico Norte (North Atlantic Threat Organization)

NEP – Normas de Execução Permanente

NBQR – Nuclear Biológico Químico e Radiológico

OAV – Observador Avançado

ONU – Organização das Nações Unidas

OSCE – Organização para a Segurança e Cooperação na Europa

PelRec – Pelotão de Reconhecimento

PO – Posto de Observação

QRF – Quick Reaction Force

ROE – Regras de Empenhamento (Rules of Engagement)

STAST – Surveillance and Target Acquisition Sniper Team

TO – Teatro de Operações

UE – União Europeia

URSS – União das Republicas Soviéticas Socialistas

USMC – United States Marine Corps

VIP – Pessoa Muito Importante (Very Important Person)

VVIP – Pessoa Altamente Importante (Very Very Important Person)

ZA/ZL – Zona de Aterragem/Zona de Lançamento

ZRn – Zona de Reunião

Resumo

O tema deste trabalho incide sobre o sniper nas operações de reconhecimento, sendo o seu principal objectivo provar se o seu emprego se justifica neste tipo de operações.

O estudo recaiu sobre os factores que influenciam o ambiente operacional, bem como a sua caracterização actual. Posteriormente, procurou-se perceber a importância das operações de reconhecimento como ferramenta para recolha de informação.

Neste trabalho existe a preocupação de caracterizar o sniper ao nível das suas capacidades, possibilidades e equipamento que utiliza, assim como a forma como é empregue no campo de batalha. Seguidamente efectua-se a articulação das valências do sniper com as tarefas típicas de uma unidade que executa operações de reconhecimento terrestre.

A elaboração do trabalho permitiu perceber o sniper e o modo como este se pode adaptar às operações de reconhecimento terrestre.

Palavras-Chave:

- AMBIENTE OPERACIONAL;
- OPERAÇÕES DE RECONHECIMENTO TERRESTRE;
- SNIPER.

Abstract

The theme of this research focuses on the sniper in reconnaissance operations, being the main objective to prove if his employment in those kinds of operations is justified.

The study felt over the operational environment influence factors, as well as its actual characterization. After that, it was tried to understand the importance of the reconnaissance operations as an intelligence gathering tool.

In this research there is a concern of the sniper's characterization in his capabilities, possibilities, equipment used as well as the way he is employed in the battlefield. After that, it was made an engaged between the sniper capabilities and the land reconnaissance operations unit typical tasks.

The elaboration of this research allowed to understand the sniper and the way he could adapt himself to the land reconnaissance operations.

Keywords:

- OPERATIONAL ENVIROMNENT
- LAND RECONNAISSANCE OPERATIONS
- SNIPER

Introdução

Este trabalho de investigação aplicada pretende analisar “O Sniper nas Operações de Reconhecimento”, mormente, verificar se o emprego do sniper nas operações de reconhecimento terrestre se justifica.

Sendo o objectivo das operações de reconhecimento obter informação utilizável no Processo de Tomada de Decisão Militar (PTDM) e no estudo do campo de batalha pelas informações (IPB), será efectuado o estudo do ambiente operacional contemporâneo e dos respectivos factores que o influenciam, de forma a enquadrar o tema e perceber a importância que a informação detém no campo de batalha actual.

Seguidamente vai efectuar-se o estudo das operações de reconhecimento terrestre com o intuito de perceber a sua importância e levantar as tarefas típicas que uma unidade de reconhecimento efectua quando executa este tipo de missões.

Sendo o sniper, a base deste trabalho de investigação, vai fazer-se o estudo das suas capacidades e possibilidades de emprego na actualidade, procurando perceber a sua importância nos vários conflitos militares ocorridos na história.

Pretende-se com este trabalho, analisar as doutrinas do sniper e das operações de reconhecimento procurando uma eventual conjugação entre ambas, sem nunca ferir os seus conceitos doutrinários.

A escolha do tema justifica-se na medida em que, desde o início da utilização de armas de fogo nos exércitos, os atiradores de longa distância têm influenciado decisivamente o decorrer das guerras, e porque a obtenção de informação assume-se, cada vez mais, como um esforço permanente e uma tarefa necessária ao planeamento e execução de operações militares.

O sistema de informações, vigilância, aquisição de objectivos e reconhecimento (ISTAR) constitui um instrumento muito importante para a aquisição qualitativa e quantitativa de informação. Desta forma, vai analisar-se as capacidades do sniper como elemento integrante neste sistema.

Este tema é pertinente, na medida em que os estudos realizados poderão ser utilizados para futuras investigações ou trabalhos relacionados com o Sniper ou com as Operações de Reconhecimento, sendo as conclusões obtidas passíveis de contribuir para uma eventual melhoria do emprego dos recursos humanos ou ainda uma revisão da doutrina actual.

Com a realização deste trabalho pretende-se saber se o emprego de snipers nas operações de reconhecimento terrestre pode, ou não, influenciar decisivamente o sucesso destas.

Para dar resposta à questão central, “Justifica-se o emprego de snipers nas operações de reconhecimento terrestre?”, foram levantadas as seguintes questões derivadas:

1. Perante o ambiente operacional contemporâneo, qual a importância da informação?
2. Qual a importância das operações de reconhecimento terrestre?
3. Qual a importância do emprego do sniper nas operações militares?
4. Quais as características do sniper?
5. De que forma o sniper poderá ser empregue nas operações de reconhecimento terrestre?

Estas questões são orientadoras de toda a investigação e elaboração do trabalho. Sendo assim, foram elaboradas as seguintes hipóteses para dar resposta às questões derivadas:

1. A informação é um factor determinante para as operações militares na medida em que espelham o nosso conhecimento sobre o inimigo, área de operações e respectivas condições meteorológicas.
2. As operações de reconhecimento terrestre são desenvolvidas para a obtenção de informação utilizável no planeamento e execução das operações.
3. O Sniper é um elemento versátil com uma grande amplitude de emprego.
4. O Sniper possui determinadas características resultantes da sua formação e aptidão.
5. O Sniper poderá ser empregue nas operações de reconhecimento terrestre através da conjugação das suas possibilidades com as tarefas típicas de uma unidade que executa operações de reconhecimento terrestre.

A investigação incidiu essencialmente sobre bibliografia oficial como, manuais nacionais e estrangeiros, artigos, revistas e monografias relacionadas.

Durante o estágio no Centro de Tropas de Operações Especiais (CTOE) em Lamego, que decorreu de 18 Fevereiro a 30 de Abril de 2009, foram efectuadas entrevistas de forma a adquirir informação de militares (comandantes, instrutores e soldados) que possuem experiencia no âmbito do tema, bem como se procedeu à observação directa de exercícios e actividades do Pelotão Sniper durante esse período.

CAPÍTULO I – O AMBIENTE OPERACIONAL

1.1 Definição de Ambiente Operacional

“O Ambiente Operacional em que decorrem as campanhas militares constitui uma noção elementar da ciência militar determinante do enquadramento e do modo como se devem empregar os meios disponíveis. A sua análise e estudo devem constituir uma preocupação permanente dos chefes políticos e militares, sob pena de se reduzirem drasticamente as possibilidades de êxito, independentemente das capacidades ou do potencial das forças empenhadas” (Regulamento de Campanha, 2005, parte I, p. 2-1).

Actualmente as operações militares decorrem num ambiente em constante alteração, sendo assim, é fundamental compreender as particularidades do ambiente operacional, bem como a forma como estas vão influenciar o emprego das forças militares.

Tendo em vista a missão que se vai realizar, torna-se necessário perceber o ambiente operacional onde actualmente decorrem os conflitos, tendo em especial atenção os factores que o influenciam.

1.2 Factores que influenciam o Ambiente Operacional

O ambiente operacional detém determinadas características que influenciam decisivamente as decisões das chefias militares e conseqüentemente o emprego das forças.

Nos dias de hoje, o mundo encontra-se numa permanente evolução a nível local, regional e global, onde existe instabilidade materializada na forma de conflitos religiosos, conflitos étnicos, fundamentalismos, migrações em massa e separatismos. O norte de África, África Subsariana, Médio Oriente, Balcãs, Cáucaso, Ásia central e o Sul de Ásia constituem as zonas quentes onde mais se fazem sentir essas instabilidades. Contudo, existem determinados factores que contribuem directa e indirectamente para uma, cada vez maior, insegurança nessas zonas, despoletando a possibilidade de novos conflitos (Regulamento de Campanha, 2005, parte I).

Os Desastres Naturais, a Escassez de Recursos, a Globalização, as Mudanças Demográficas, a Proliferação de Armas de Destruição Maciça e a Urbanização, constituem os factores que influenciam ambiente operacional (Field Manual 3-0, 2008).

Estes factores não surgem isoladamente, eles estão relacionados uns com os outros, sendo mesmo, em alguns dos casos, corolário uns dos outros.

1.2.1 Desastres Naturais

Os Desastres Naturais são imprevisíveis, podendo assumir as mais diversas formas¹ e ter lugar em qualquer parte do planeta. Geralmente arrastam consigo consequências muito graves tais como crises humanitárias, grandes migrações populacionais, destabilização a nível regional e o surgir de doenças epidémicas. Os locais que apresentam uma maior densidade populacional são, vulgarmente, os mais lesados.

Actualmente ocorre um consumo desproporcional dos recursos naturais em relação à capacidade de produção da natureza, este facto amplifica a possibilidade da eventualidade de um desastre natural, conduzindo a uma cada vez maior escassez de recursos (Field Manual 3-0, 2008).

1.2.2 Escassez de Recursos

A necessidade de recursos básicos como água, comida e energia podem vir a estar no centro dos conflitos de um futuro próximo. Em consequência do crescimento da população em locais onde existem grandes aglomerados populacionais, os recursos tornam-se insuficientes.

A disputa por recursos como o petróleo, o carvão e a água constituem cada vez mais fundamento para a origem de possíveis conflitos internacionais. Existem regiões no globo onde a escassez desses recursos será mais acentuada, sendo nessas regiões que as disputas vão surgir (Field Manual 3-0, 2008).

Por mais que o ser humano evolua científica e tecnologicamente, os recursos naturais não são passíveis de serem produzidos controladamente e consequentemente recompletados.

1.2.3 Globalização

A globalização é um fenómeno que espelha o desenvolvimento tecnológico, cooperação e prosperidade entre estados, mas espelha também, e cada vez mais, o terrorismo global.

A verdade é que os aspectos positivos resultantes da globalização estão presentes apenas nos países desenvolvidos. Desta forma, cria-se uma dicotomia entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos. Esta diferença leva a que as pessoas vivam no limiar da pobreza, tornando-as mais susceptíveis a actos de revolta e consequentemente mais sensíveis de se juntarem a organizações terroristas (Field Manual 3-0, 2008).

Em consequência da globalização surgem novos actores de cariz económico, social, militar e político, que apesar de não se constituírem como elementos do Estado se assumem como factores preponderantes nas decisões deste.

¹ Terramoto, tsunami, erupção vulcânica, etc

1.2.4 Urbanização

A maior parte da população mundial vive aglomerada em centros urbanos, onde existe a tendência para o aumento da população e infra-estruturas existentes. Este facto obriga os governos a ter uma especial atenção relativamente à segurança, ao crime organizado e ao brotar de novas ideologias e culturas.

Se existir um grande volume de desemprego, decadência das condições sanitárias e carência de serviços básicos, conseqüentemente haverá uma maior tendência para a existência de desigualdades sociais criando-se zonas ricas e prósperas e zonas pobres com recursos escassos (Field Manual 3-0, 2008).

1.2.5 Mudanças Demográficas

As regiões com maior densidade populacional são geralmente subdesenvolvidas e com recursos carentes. São exemplos o sudoeste Asiático e o sul de África, nestas regiões existe uma maior probabilidade de revolta de jovens, que descontentes com a situação, mais facilmente se aliam a movimentos radicais a, organizações terroristas ou a grupos revoltosos contra o governo vigente (Field Manual 3-0, 2008).

1.2.6 Proliferação de Armas de Destruição Maciça

A ameaça de proliferação de armas destruição maciça incentiva as organizações terroristas na aquisição deste tipo de armamento, uma vez que o seu poder de destruição tem a um grande impacto na opinião pública.

Actualmente, estão identificadas centenas de organizações. Num país, um eventual ataque terrorista tem um impacto destabilizador ao nível social, político e económico, do qual resultará instabilidade a nível mundial (Field Manual 3-0, 2008).

1.3 Ambiente Operacional Contemporâneo

O actual ambiente operacional adquiriu determinadas características após o término da Guerra Fria².

Actualmente é impossível considerar os conflitos que ocorrem nos mais diversos pontos do globo como sendo conflitos internos ou conflitos internacionais. Existem sim, conflitos armados em que as fronteiras estabelecidas pelos Estados não têm qualquer importância, e nos quais grupos de natureza não estatal surgem violentamente contra o Estado. Conflitos desta natureza denominam-se de transnacionais, uma vez que resultam da combinação de diferentes

² É a designação atribuída ao período histórico de disputas estratégicas e conflitos indirectos entre os Estados Unidos da América e a União Soviética. Compreende o período entre o final da Segunda Guerra Mundial (1945) e a extinção da União Soviética (1991).

tipos de guerra nas quais existem actores estatais com um superior potencial estratégico relativamente a actores não estatais de origem criminosa³. Estes grupos operam organizados num sistema de rede tirando proveito das informações concebidas pelos órgãos de comunicação social. Caracterizam-se como conflitos onde as tarefas das forças no terreno se vêem dificultadas na medida em que a ameaça não se encontra identificada, sendo muito difícil prever qualquer acção hostil (Regulamento de Campanha, parte I).

Sendo assim é fundamental caracterizar o ambiente operacional contemporâneo para um emprego mais eficaz das forças tanto ao nível dos recursos humanos como materiais.

Os objectivos nacionais, os objectivos militares, a ameaça, a área de operações, a tecnologia, a unidade de esforço e a informação constituem os factores determinantes do ambiente operacional.

1.3.1 Objectivos Nacionais

O conceito de segurança internacional foi completamente arruinado com os acontecimentos de 11 de Setembro de 2001⁴. Estes factos provocaram implicações nos sistemas de defesa e segurança dos Estados a nível mundial. Consequentemente, a doutrina e organização das Forças Armadas teve de se adaptar a uma nova realidade caracterizada por uma ameaça difusa, multifacetada e multi-direccional, associada à crescente influência dos órgãos de comunicação social e ao protagonismo das Organizações Não Governamentais (Regulamento de Campanha, 2005, parte I).

Os radicalismos, e conflitos de origem interna vieram enaltecer a política de prevenção de conflitos e gestão de crises, determinando novos parâmetros de emprego das Forças Armadas em diferentes Teatros de Operações.

Portugal ocupa uma posição periférica relativamente ao continente europeu mas central relativamente ao globo, pelo que os objectivos nacionais são definidos em função da sua posição geográfica e pelo cumprimento de missões no âmbito das organizações que Portugal integra. Sendo assim, foram definidas como missões às Forças Armadas: (Regulamento de Campanha, 2005, parte I)

- Defesa integrada do território;
- Resposta a crises internacionais no âmbito da ONU, OSCE, OTAN, UE e CPLC;
- Cooperação técnico-militar;
- Missões de interesse público.

³ Al Qaeda, ETA, Hamas, etc.

⁴ Ataque Terrorista ao World Trade Center em Nova Iorque e ao Pentágono em Washington

1.3.2 Objectivos Militares

As operações militares convergem para a concretização dos objectivos nacionais.

O espectro das operações militares compreende três categorias distintas: a paz⁵, a crise⁶ e a guerra⁷. Para cada uma das situações será feito um diferente emprego da coacção sendo que o uso ou ameaça de uso da força está presente em todas elas.

As operações militares decorrentes neste espectro estão decompostas em três grupos, sendo eles, as operações no âmbito do artigo 5º do Tratado de Washington, referentes à Defesa Colectiva⁸, as operações fora deste âmbito, ou seja, operações de resposta à crise que compreende operações de apoio à paz e outras tarefas de resposta à crise, e por último, missões nacionais de interesse público⁹ (Regulamento de Campanha, 2005, parte I).

1.3.3 Ameaça

A ameaça é materializada através de acções de actores internacionais cujas suas capacidades lhes permitem gerar conflitos. São exemplos desses actores os estados pária, os estados com regime ditatorial em colapso, os estados resultantes da fragmentação de regimes autoritários, os estados envolvidos em disputas territoriais, as organizações terroristas e as organizações criminosas. O objectivo da ameaça é contrariar a consecução de um objectivo e, normalmente, as suas consequências são danosas a nível moral e material (COUTO, 1988).

Para se verificar a existência de uma ameaça, é necessário que se manifeste a intenção da sua prática.

1.3.4 Área de Operações

A área de operações influencia directamente as decisões de um comandante quanto à forma de emprego, volume e organização de uma força militar. Desta forma, torna-se fundamental saber onde se vão efectuar as operações de forma a efectuar um IPB válido.

⁵ “Suspensão, mais ou menos durável, das modalidades violentas da rivalidade entre os Estados, costuma-se dizer que «reina a paz» quando o intercâmbio entre as nações não se manifesta por meio de formas militares de luta.” (ARON, 1986, p. 220).

⁶ “Quando se verifica uma perturbação no fluir normal das relações entre dois ou mais actores da cena internacional com alta probabilidade do emprego da força (no sentido de haver perigo de guerra), encontramos perante uma crise internacional.” (SANTOS, 1983, p. 101).

⁷ “Acto de violência organizada entre grupos políticos, em que o recurso à luta armada, constitui, pelo menos, uma possibilidade potencial, visando um determinado fim político, dirigida contra as fontes de poder do adversário e desenrolando-se segundo um jogo contínuo de probabilidades e azares.” (COUTO, 1988, p. 148).

⁸ O Tratado do Atlântico Norte foi assinado a 4 de Abril de 1949 em Washington no qual todas as partes concordaram em defenderem-se mutuamente em caso de ataque a uma das partes.

⁹ São missões desempenhadas em apoio às autoridades civis, destinadas à cooperação com várias estruturas civis do Estado. Em caso de emergência pública (combate a incêndios) e proveito do bem-estar das populações (busca e salvamento, fiscalização da Zona Económica Exclusiva)

Uma área de operações deve ser analisada relativamente à sua extensão e configuração, à sua morfologia, recursos úteis, população e urbanização existente (Regulamento de Campanha, 2005, parte I).

Actualmente, as áreas de operações incluem para além da vertente terrestre, aérea e marítima, a componente espacial, onde o espectro electromagnético adquire uma grande importância na execução da guerra electrónica e os combates pela informação.

1.3.5 Tecnologia

A evolução tecnológica pode constituir-se como factor de melhoria das condições de vida das populações, contudo, nas mãos erradas pode também assumir-se como forma de destruição de vidas humanas. A tecnologia apenas está ao alcance dos estados mais poderosos, que têm a possibilidade de as utilizar em primeira mão e consequentemente produzi-las em massa. Para tal, os Estados desenvolvidos têm capacidade económica, social e política para efectuarem a pesquisa, desenvolvimento e inovação dos sistemas de armas das suas forças armadas, influenciando de modo decisivo o desenrolar das operações militares (Field Manual 3-0, 2008).

A tecnologia vai demonstrar-se fundamental na condução das operações de combate, apoio de combate e apoio de serviços, qualquer que seja o conflito. Em resultado, o nível tecnológico que cada um dos contendores apresentar no terreno, será ditador do modo de emprego das forças militares (Field Manual 3-0, 2008).

1.3.6 Unidade de Esforço

Actualmente as operações militares projectam-se com uma grande complexidade de meios, onde os vários ramos das forças armadas unem esforços para a persecução de um objectivo comum. A unidade de esforço desempenha no ambiente operacional actual uma grande importância na medida em que privilegia as operações conjuntas empregando todos os meios disponíveis de forma integrada. (Regulamento de Campanha, 2005, parte I)

1.3.7 Informação

Generalidades

Seja qual for o nível, escalão ou tipo de unidade, as informações são um factor fundamental para a conduta das operações militares, uma vez que são parte essencial do PTDM. As informações são o produto resultante do processamento de notícias que espelham todo o conhecimento respeitante à actividade, capacidade e intenção inimigas, bem como, à área de

operações e respectivas condições meteorológicas (Regulamento de Campanha, 2005, parte III).

A necessidade de informação parte do comandante sendo a sua finalidade auxiliá-lo no planeamento.

Para garantir um serviço eficaz, devem ser dadas directivas e definidos objectivos ao pessoal responsável pelo ciclo das informações. Estes vão converter as necessidades de informação em pedidos e ordens de pesquisa.

Através da orientação para o objectivo vai efectuar-se a aquisição de notícias que após sofrerem uma interpretação, análise, integração e avaliação, irão constituir-se como informação pertinente e que, conseqüentemente, será disseminada para a entidade que a requisitou (Regulamento de Campanha, 2005, parte II).

Em consequência da utilização das mais modernas tecnologias, actualmente é possível ter uma visão pormenorizada e quase em tempo real do campo de batalha, por isso, as fontes de aquisição de informação devem ser empregues na sua maior extensão possível.

Contudo, a informação adquire diferentes perspectivas consoante o escalão. Os baixos escalões têm necessidade de informações precisas e oportunas resultantes da observação directa, tais como o alcance das armas de tiro directo do inimigo. Nos médios escalões as necessidades de informação são ampliadas de forma a incluírem o uso de fontes de informação indirecta de forma a detectar indicadores tácticos¹⁰ significativos do inimigo. Por sua vez, os altos escalões vão atribuir maior ênfase à determinação das capacidades e intenções inimigas, no sentido de poder planear operações futuras (Regulamento de Campanha, 2005, parte II).

Processamento da Informação

Muitas vezes, nem toda a informação que se consegue adquirir é relevante pelo que esta deve ser filtrada aos mais baixos escalões de forma a garantir que os escalões superiores apenas recebem informação pertinente. Torna-se então necessário que todos os escalões tenham conhecimento das necessidades de informação do comandante garantindo que informação pertinente não seja eventualmente filtrada. A velocidade de processamento torna-se também preponderante para a pertinência da informação, uma vez que tem de ser correspondente ao seu fluxo de chegada.

¹⁰ Movimentos em profundidade, reforços e reservas, zonas de reunião, posições de artilharia de campanha, defesas aéreas, postos de comando, etc.

Contra Informação

A Contra Informação visa negar ao inimigo o acesso a informação crítica relativa às nossas intenções, capacidades e limitações de forma a garantir a segurança e a obtenção de surpresa nas operações (Regulamento de Campanha, 2005, parte IV).

Desta forma as decisões dos comandantes inimigos vêm-se dificultadas na medida em que, a escassa informação de que dispõe, os encaminha a tomar decisões erradas.

A contra informação é o processo para a segurança das operações, que procura identificar e minimizar as acções que podem vir a ser interpretadas pelo inimigo, constituindo posteriormente informação crítica.

ISTAR

O sistema ISTAR consiste na integração de várias actividades individuais de obtenção de informação, criando uma sinergia de informações e permitindo um dinâmico e continuado processo de aquisição, tratamento e disseminação.

A capacidade de obter informação de uma forma rápida, relativamente a actividades inimigas juntamente com dados sobre o terreno e as condições meteorológicas, é essencial à condução de operações militares. O sistema ISTAR reúne em si componentes como a vigilância de área, o reconhecimento em profundidade, o reconhecimento de combate e aquisição de objectivos. As informações oriundas das várias componentes, quando processadas de uma forma adequada permitem ao comandante atribuir forças e recursos, determinar prioridades e estabelecer condições favoráveis para o início das operações (Regulamento de Campanha, 2005, parte III).

Os componentes ISTAR são complementares entre si. Eles operam em sobreposição de forma a cobrir com maior eficácia as áreas críticas e garantindo a confirmação dos dados, evitando assim a decepção e neutralizando as medidas de segurança das operações inimigas. Têm ainda a capacidade de executar missões nas mais diversas áreas¹¹ de uma forma constante ao longo do tempo.

A ligação entre os sistemas de armas e os componentes ISTAR vai permitir ampliar as capacidades de uma força. Desta forma é possível fornecer análises pós-ataque, obter uma maior eficiência no emprego dos vários sistemas de armas, bem como é possível a rápida reatribuição de tarefas aos componentes ISTAR com o intuito detectar novos alvos (Regulamento de Campanha, 2005, parte III).

¹¹ Informações por Meios Humanos (HUMINT), Informações de Imagens (IMINT) e Informações por Meios Acústicos (ACINT).

CAPÍTULO II – OPERAÇÕES DE RECONHECIMENTO TERRESTRE

2.1 Caracterização de Reconhecimento Terrestre

2.1.1 Definição

“As operações de reconhecimento terrestre são operações executadas para obter através da observação visual ou outro método de detecção, informações sobre actividades e recursos do inimigo ou potencial inimigo, ou dados sobre as condições meteorológicas, geográficas, hidrográficas ou população local de uma determinada área.” (Regulamento de Campanha, 2005, parte IV, p. 12-39).

O reconhecimento terrestre é uma tarefa de pesquisa que tem como finalidade fornecer informação utilizável no IPB, e auxiliar o comandante na formulação, confirmação ou eventual alteração das suas modalidades de acção¹².

De acordo com as possibilidades da unidade que o executa, reconhecimento terrestre é levado o mais longe possível e desenvolvido em profundidade, seja na frente, flancos ou retaguarda da força principal¹³. Sendo assim, surgem duas modalidades de reconhecimento terrestre (Regulamento de Campanha, 2005, parte IV):

- Reconhecimento afastado, que é efectuado por unidades blindadas de reconhecimento, capazes de actuar sobre frentes extensas para além das possibilidades de apoio de outras unidades.
- Reconhecimento Próximo, que é efectuado por unidades de infantaria, engenharia e artilharia, e actuam dentro da distância de apoio do escalão que determinou a sua execução.

As operações de reconhecimento terrestre produzem informações essenciais para a manobra do comandante da força principal, protegendo e conservando o seu potencial de combate. As operações de reconhecimento contribuem ainda para manter a força principal, o maior tempo possível, fora do contacto inimigo, permitindo-lhe a concentração necessária na operação decisiva.

2.1.2 Objectivo

O objectivo das operações de reconhecimento terrestre *“(...) pode ser uma informação sobre uma área geográfica específica, tal como a traficabilidade todo-o-terreno de uma determinada área, uma actividade específica inimiga a confirmar ou negar, ou a localização ou monitorização de uma determinada unidade inimiga.”* (Regulamento de Campanha, 2005, parte IV, p. 12-40).

¹² Fase do PTDM

¹³ Força militar apoiada pela unidade de reconhecimento

Desta forma, os comandantes das unidades de reconhecimento orientam os seus meios para um objectivo existente na área de operações, estabelecendo prioridades a reconhecer com base nesse objectivo. Eventualmente, se o oficial de informações da brigada concluir que não existe actividade inimiga nem obstáculos à traficabilidade do terreno, o comandante da brigada poderá prescindir de um esforço de reconhecimento à frente da sua unidade. Nesta situação, as unidades de reconhecimento terrestre poderão ser orientadas para a condução de uma operação de reconhecimento de zona com a finalidade de se deslocar rapidamente e relatar os obstáculos que podem retardar significativamente o movimento das subunidades da brigada (Regulamento de Campanha, 2005, parte IV).

2.1.3 Fundamentos

Existem sete fundamentos para o emprego de unidades de reconhecimento (Regulamento de Campanha, 2005, parte IV):

Garantir a Continuidade de Reconhecimento

O Reconhecimento é uma necessidade e preocupação constante, e tem lugar antes, durante e depois da operação. Antes da operação o reconhecimento visa a obtenção de informação; durante a operação o reconhecimento fornece informações relativas ao dispositivo, composição e intenção inimigas; depois da operação, o reconhecimento é orientado de forma a manter o contacto com o inimigo, acompanhando a sua actividade e recolhendo informações para operações futuras.

Não manter Unidades de Reconhecimento em Reserva

As unidades de reconhecimento nunca estão em reserva. Para o cumprimento da sua missão, as unidades de reconhecimento empenham todos os seus recursos de acordo com os factores de decisão¹⁴, nunca deixando meios em reserva.

Orientar-se pelo Objectivo de Reconhecimento

As unidades de reconhecimento orientam-se por um objectivo de reconhecimento de forma a dar resposta aos requisitos de informação crítica do comandante (CCIR).

¹⁴Missão, Inimigo, Terreno, Meios Disponíveis, Tempo Disponível e Considerações de Âmbito Civil (MITM-TC)

Relatar com Rapidez e Precisão todas as Informações

A informação pode perder rapidamente o seu valor caso não chegue, em tempo oportuno, ao seu destinatário. Informação sem importância, quando articulada com outras informações, poderá suscitar informação relevante. Por isso as unidades de reconhecimento relatam apenas o que vêem e quando apropriado, o que não vêem.

Manter a Liberdade de Manobra

Uma unidade de reconhecimento nunca se empenha decisivamente, pois caso aconteça, cessa o reconhecimento e inicia-se o combate pela sobrevivência. Através de critérios de empenhamento, técnicas de reconhecimento e movimento, fogos de sobreapoio e normas de execução permanentes diminui-se a probabilidade de um eventual empenho decisivo. As unidades de reconhecimento podem ainda fazer uso de pedidos de fogos indirectos para destruir alvos pontuais inimigos garantindo a liberdade de movimentos.

Estabelecer o Contacto com o Inimigo

Uma unidade de reconhecimento procura sempre evitar o contacto, salvo seja, para obter uma determinada informação. Nesta situação, emprega a manobra¹⁵, para manter o contacto evitando empenhar-se decisivamente.

Uma unidade de reconhecimento, assim que estabelece contacto com o inimigo mantém-no até ordens contrárias do escalão superior ou até que a sua sobrevivência esteja ameaçada. Esse contacto pode ser materializado desde o contacto visual até ao combate efectivo.

Esclarecer Rapidamente a Situação

Quando uma unidade de reconhecimento estabelece contacto com uma ameaça, seja ela, uma força inimiga ou um obstáculo, deve identificá-la imediatamente.

No caso de uma força inimiga interessa saber a sua composição, dispositivo e intenção. No caso de um obstáculo do terreno, interessa saber o tipo, a extensão e principalmente se está ou não coberto por fogos.

2.1.4 Características das Unidades de Reconhecimento

As unidades de reconhecimento são “(...)forças de manobra de armas combinadas que se movimentam no campo de batalha em veículos terrestre (...)” (Regulamento de Campanha, 2005, parte IV, p. 12-44).

¹⁵ Fogo e movimento

Têm a capacidade de executar operações de combate contínuas em todo o tipo de terreno e sob quaisquer condições meteorológicas. O seu poder de fogo, mobilidade e efeito de choque caracterizam estas unidades como uma das organizações mais flexíveis (Field Manual, 17-95, 2008).

As unidades de reconhecimento estão preparadas para combater contra forças equipadas com uma grande variedade de sistemas de armas. As suas principais ameaças vão desde unidades mecanizadas de reconhecimento e outras unidades de manobra até unidades mais ligeiros como patrulhas a pé, ninho de metralhadoras, armas anti-carro e forças de operações especiais.

São unidades que reúnem em si subunidades com várias valências¹⁶ que lhes permitem executar uma grande diversidade de missões. Têm a capacidade de executar reconhecimento afastado e próximo; vigiar frentes extensas¹⁷; manter o contacto com o inimigo; efectuar ligação com forças amigas; defender determinados pontos ou áreas do terreno; retardar o inimigo; executar golpes de mão na retaguarda inimiga; conduzir ataques de diversão ou desgaste; conduzir acções de segurança da área da retaguarda; fazer parte da reserva.

2.2 Tipos de Operações de Reconhecimento

As unidades de reconhecimento podem executar quatro tipos de operações de reconhecimento terrestre, sendo elas (Regulamento de Campanha, 2005, parte IV):

- Reconhecimento de Itinerário;
- Reconhecimento de Zona;
- Reconhecimento de Área;
- Reconhecimento em Força.

No Exército português, este tipo de operações são responsabilidade das unidades de reconhecimento da arma de Cavalaria, mais propriamente, dos esquadrões de reconhecimento das brigadas que constituem as Forças Operacionais Permanentes do Exército¹⁸ (FOPE).

2.2.1 Reconhecimento de Itinerário

Um itinerário é uma linha de comunicação que pode ser materializada por uma estrada, caminho-de-ferro ou um corredor de mobilidade todo terreno.

Quando um comandante pretende utilizar um determinado itinerário para o movimento das suas forças, recorre às unidades de reconhecimento.

¹⁶ Carros de Combate (CC), Exploração, Atiradores, Morteiros.

¹⁷ Um Esquadrão de Reconhecimento (ERec) tem capacidade para apoiar uma brigada

¹⁸ Brigada de Reacção Rápida (BRR), Brigada de Intervenção (BrigInt), Brigada Mecanizada (BrigMec)

O reconhecimento de itinerário tem como finalidade fornecer informações relativas às condições do itinerário, tais como, obstáculos, classificação de pontes e actividade inimiga e civil ao longo desse itinerário. O reconhecimento de itinerário abrange ainda o terreno adjacente e pode surgir no seguimento de uma missão de reconhecimento de zona ou reconhecimento de área

Numa operação de reconhecimento de itinerário, o número de pelotões de reconhecimento influencia directamente o número de itinerários que se pode reconhecer, uma vez que cada pelotão apenas possui capacidade para reconhecer um itinerário de cada vez.

A unidade que executa o reconhecimento é detentora de um potencial de combate capaz de eliminar possíveis forças hostis que surjam na área de operações. Se necessário, poderá servir-se ainda de meios de apoio de fogos, apoio da engenharia para a classificação mais eficaz de pontos críticos ao longo do itinerário, e meios NBQR (Nuclear Biológico Químico e Radiológico) integrados na sua composição de forma a detectar e determinar mais rapidamente a extensão da área contaminada. (Regulamento de Campanha, 2005)

Tarefas

Num reconhecimento de itinerário, uma força executa tarefas específicas conforme as suas capacidades e de acordo com uma prioridade que é estabelecida pelo escalão superior.

Durante esta operação, uma unidade de reconhecimento tem a capacidade de executar as seguintes tarefas (Regulamento de Campanha, 2005, parte IV):

- Estabelecer contacto, informar e eliminar resistências inimigas que surjam na área de operações e possam causar adversidade ao movimento da força principal;
- Determinar a traficabilidade e transitabilidade dos itinerários averiguar a sua adequabilidade para o movimento da força principal;
- Reconhecer todos os locais que o inimigo possa utilizar para causar dificuldades no movimento ao longo do itinerário, tais como, pontos de estrangulamento, locais para possíveis emboscadas, zonas de embarque, zonas de aterragem e lançamento (ZA/ZL), etc.
- Reconhecer todas as áreas edificadas, áreas contaminadas e itinerários laterais que se encontrem, nos flancos do itinerário a reconhecer.
- Identificar locais de passagem a vau e pontos de passagem ou pontos de contornamento para obstáculos existentes;
- Transmitir para o escalão superior todas as informações resultantes do reconhecimento através de um transparente de itinerário.

2.2.2 Reconhecimento de Área

O reconhecimento de área tem como finalidade obter informações detalhadas relativas ao terreno ou actividade inimiga numa determinada área delimitada. Essa área pode ser materializada por uma povoação, uma linha de alturas, um bosque, um aeródromo ou outros locais para a realização das operações podendo simplesmente constituir um único ponto como uma ponte ou uma instalação.

As áreas são normalmente mais reduzidas que as zonas e não são contíguas a outras áreas de reconhecimento (Regulamento de Campanha, 2005, parte IV).

Tarefas

Durante uma operação de reconhecimento de área, uma unidade de reconhecimento pode executar as seguintes tarefas (Regulamento de Campanha, 2005, parte IV):

- Estabelecer contacto, informar e eliminar resistências inimigas que surjam na área de operações e possam causar adversidade ao movimento da força principal;
- Reconhecer todos os locais que possam ser utilizados pelo inimigo de forma a obter vantagem em combate;
- Reconhecer todas as áreas edificadas, pontes, desfiladeiros, curvas de estrada e áreas contaminadas;
- Identificar locais de passagem a vau e pontos de passagem ou pontos de contornamento para obstáculos existentes.

2.2.3 Reconhecimento de Zona

Antes de se colocar forças no terreno, são executadas operações de reconhecimento de zona. A finalidade é fornecer informações relativas a itinerários, obstáculos, terreno, forças hostis quando estas são escassas.

De todas as operações de reconhecimento terrestre, o reconhecimento de zona é a mais demorada e deliberada uma vez que é conduzida em zonas extensas e exige um emprego lado a lado das unidades de reconhecimento terrestre.

Numa operação de reconhecimento de zona estão contidas várias operações de reconhecimento de área e itinerário.

Nas operações de reconhecimento de zona, normalmente é constituída uma reserva que vai actuar como Força de Intervenção Rápida (FIR) capaz de actuar rapidamente em qualquer local da área de operações (Regulamento de Campanha, 2005, parte IV).

2.2.4 Reconhecimento em Força

Quando o inimigo se encontra numa determinada área e não se conseguem obter informações adequadas através de outros meios de reconhecimento, executa-se uma operação de reconhecimento em força. A finalidade é descobrir ou testar o potencial, dispositivo e reacções inimigas através de acções de combate. O reconhecimento em força é uma operação caracterizada por um cariz agressivo onde se pretende determinar as fraquezas inimigas para as poder explorar. Distingue-se das outras operações de reconhecimento na medida em que visa obter informações somente relativa à força inimiga, descorando o terreno.

As operações de reconhecimento em força não são exclusividade das unidades de reconhecimento, podendo ser executadas por outras unidades de manobra. Geralmente, apenas são executada por unidades de escalão batalhão ou superior (Regulamento de Campanha, 2005, parte IV).

Numa operação de reconhecimento em força, a unidade de manobra pode executar as seguintes tarefas (Regulamento de Campanha, 2005, parte IV):

- Executar uma penetração na zona de segurança do inimigo de forma a determinar a sua dimensão e composição;
- Identificar a localização das posições principais inimigas;
- Atacar as posições principais de forma a obrigar o inimigo a empregar as suas reservas, forças de contra-ataque, meios de apoio de fogos e sistemas de armas específicos;
- Obrigar o inimigo a mudar de posição;
- Determinar as fraquezas do dispositivo inimigo passíveis de serem exploradas.

As operações de reconhecimento são fundamentais para o sucesso das operações. Elas contribuem significativamente para a visualização detalhada e actualizada do campo de batalha. Auxiliam o plano geral integrado de informação, vigilância e reconhecimento, que consequentemente apoiam o PTDM.

CAPÍTULO III – SNIPER

3.1 Evolução Histórica do Sniper

3.1.1 Origem do termo Sniper

O termo Sniper tem origem nas caçadas inglesas que se realizavam na Índia no século XVIII. Esguio e muito rápido, o snipe é uma ave muito difícil de caçar, por isso, os caçadores tinham que ser detentores de uma aptidão espantosa na execução de tiro. Desta forma, a caça ao snipe ou *sniping*, rapidamente se tornou no jogo predilecto entre as elites de caçadores, onde o termo Sniper denominava aquele que possuía todas as capacidades para ser um caçador de snipe de sucesso (PEGLER, 2001).

3.1.2 Guerra da Independência dos Estado Unidos da América (EUA)

Os snipers tiveram o seu primeiro emprego a nível militar, na guerra da Independência dos EUA. Este conflito opôs o Reino Unido às colónias da América do Norte.

Os norte-americanos integravam caçadores veteranos nas suas fileiras. Conhecidos como *sharpshooters*, serviam-se da sua grande experiência na prática de tiro para uma maior precisão e alcance. Os *sharpshooters* utilizavam carabinas Kentucky¹⁹ de antecarga muito conhecidas pela sua qualidade de manufactura relativamente às armas de cano liso pouco precisas dos britânicos. Provaram a sua eficácia em combate através da neutralização de militares de alta patente, que utilizavam uniformes diferentes dos restantes elementos, o que facilitava a sua identificação.

Os *sharpshooters* americanos operavam individualmente ou em pequenos grupos, dissimulando-se nas densas florestas e surpreendendo as colunas militares de soldados britânicos que por ali passavam (PEGLER, 2001).

3.1.3 Primeira Guerra Mundial

A Primeira Guerra Mundial (IGM) ocorreu entre 1914 e 1918 e opôs os Impérios Britânico, Russo e a França aos Impérios Alemão, Austro-Húngaro e Turco-Otomano.

Este conflito ficou conhecido pela estreia do avião para fins militares e pela guerra de trincheiras, onde os gases mortais e a artilharia dominavam o campo de batalha.

Os alemães fizeram uso da sua indústria desenvolvida para catapultar o emprego dos snipers. As tropas inglesas sofreram muitas baixas nas mãos dos snipers alemães que utilizavam a carabina Schafschutzen Gewerh 98 de 7,92 mm (PEGLER, 2001).

¹⁹ Ver Anexo A – Armas e Equipamento (Ilustração 1)

Num conflito caracterizado pela guerra de trincheiras, o sniper provou a sua eficácia e eficiência através do tiro ajustado à cabeça dos soldados ingleses.

O Exército Alemão aproveitava os soldados mais aptos, que possuíam já alguma experiência com armas de fogo ou se revelavam mais calmos na execução de tiro. Aos soldados seleccionados era conferida uma carabina acoplada de uma luneta e seguidamente eram-lhes ministrados alguns conceitos teóricos que se revelariam fundamentais na *No Man's Land*²⁰.

Os ingleses, só em 1915 é que se aperceberam da importância de constituir elementos sniper nas suas fileiras, e então criam uma estrutura vocacionada para a formação de militares na arte sniper. A *School of sniping observing and scouting* sediada nos arredores da cidade francesa de Bethune constituiu um curso de dezassete dias que abrangia matérias como a manutenção de armamento, pontaria através de uma alça telescópica, camuflagem de uma posição de tiro e navegação por carta topográfica. Ao contrário dos alemães, os snipers britânicos operavam em equipas de dois elementos, alternando entre as posições de observador com binóculos e atirador, de forma a combater o cansaço e a monotonia (Manual Sniper, 2004).

Ao longo do conflito desenvolveram-se algumas táticas de contra-sniper com o intuito de descobrir a sua posição e neutralizar a sua acção. Uma das técnicas mais conhecidas consistia na colocação de um capacete no ar simulando a presença de um soldado. Desta forma o sniper opositor era decepcionado e revelava a sua posição.

A entrada efectiva dos EUA no conflito, que até então apenas se verificava através do fornecimento de armamento, teve influência decisiva no término da guerra.

Com a Alemanha em grandes dificuldades, em 1918, o conflito cessa, originando movimentos anti-guerra e uma mentalidade de reconstrução e empreendimento. Na sequência destes acontecimentos os exércitos são desmobilizados e desarmados, levando ao esquecimento quase total dos ensinamentos relativos ao emprego dos snipers, apreendidos durante a guerra. A União das Republicas Soviéticas Socialistas (URSS) e a Alemanha serão os únicos beligerantes a dar continuidade a esses ensinamentos. Posteriormente, como se verificou, constituíram-se muito úteis para a Segunda Guerra Mundial (IIGM) (Manual Sniper, 2004).

3.1.4 Segunda Guerra Mundial

A IIGM supera em todos os aspectos, qualquer conflito ocorrido anteriormente. Considerada como a guerra mais mortífera da história da Humanidade, caracterizou-se pela criação de novas táticas resultantes do emprego de sistemas de armas avassaladores como o carro de combate, o submarino, e a aviação.

²⁰ A Terra de Ninguém ou *No Man's Land*, materializava o espaço vazio existente entre as trincheiras das forças oponentes.

Este conflito opôs as forças aliadas constituídas pelo Reino Unido, EUA, França, China e União Soviética às forças do eixo constituídas pela Alemanha, Japão e Itália.

Após o cessar das hostilidades da IGM, a formação de snipers dos EUA e do Reino Unido ficou um pouco estanque, conseqüentemente, ambas as doutrinas não sofreram grandes alterações.

Com o despoletar da IIGM, o exército norte-americano e inglês apresentaram-se com poucos snipers nas suas fileiras, sendo a sua doutrina desactualizada e pouco adequada.

Numa primeira análise do teatro de operações, as chefias militares consideravam o sniper uma herança das guerras de trincheira, e como tal, sem qualquer emprego operacional neste novo conflito (HASKEW, 2005).

Por outro lado, a União Soviética e a Alemanha continuaram o processo de formação e desenvolvimento de snipers nos respectivos exércitos, continuando a apostar nas escolas e evoluindo qualitativamente.

A formação de snipers soviéticos tinha a duração de três semanas e englobava a prática exaustiva de tiro, observação, camuflagem, orientação, técnicas de combate orientadas para o combate em áreas edificadas e ainda prática com outro tipo de armamento, como granadas e armas anti-carro.

O exército soviético dispunha os seus snipers de duas formas diferentes. Na reserva do supremo alto comando, onde existia uma brigada sniper constituída por elementos femininos. Durante a IIGM as snipers soviéticas demonstraram uma aptidão invulgar no controlo do tiro e revelaram uma maior resistência ao stress de guerra e ao frio (PEGLER, 2001).

Por outro lado, aos snipers que eram integrados nos pelotões de infantaria, era-lhes entregue uma tarefa específica no apoio ao pelotão, o que obrigava o comandante de pelotão conhecer as potencialidades e limitações do seu emprego.

Os snipers revelaram-se mortíferos no combate em áreas urbanizadas. A Batalha de Estalinegrado é o melhor exemplo da sua importância neste tipo de operações. Qualquer local materializava uma posição de tiro difícil de detectar devido ao efeito do eco causado pelos edifícios, não permitindo detectar a direcção do disparo.

Os sniper soviéticos tinham como objectivo eliminar indivíduos com funções importantes, cuja sua neutralização iria causar a desvantagem dos alemães, tais como comandantes, radiotelefonistas, operadores de armas especiais e snipers inimigos.

Durante a batalha de Estalinegrado, o sniper soviético Vassili Zaitsev destacou-se pelas inúmeras baixas que causou nas forças alemãs. À semelhança dos outros sniper soviéticos, Zaitsev empregava uma Moisin Nagant 91/30²¹ de calibre 7,62 mm (PEGLER, 2001).

Do outro lado, os alemães que mantiveram as escolas de snipers desde a IGM, desenvolveram o armamento passando a utilizar a Mauser Karabiner 98 Kurz²², e mais à frente, a espingarda semi-automática Gewher 43²³.

Apesar da formação inicial que era ministrada nas escolas ser a mesma, a verdade é que o modo de actuar do sniper diferia de unidade para unidade. Este facto resultava das diferentes ideologias tácticas dos comandantes e da própria missão da unidade.

O Exército Alemão integrava ainda, atiradores especiais que não se constituíam como snipers. Eram soldados cuja sua arma possuía uma alça telescópica que lhes permitia fazer tiro com mais precisão do que um atirador vulgar, constituindo-se um elemento chave para resolver situações pontuais.

Os snipers ingleses que viviam uma fase de estagnação pós IGM, só em 1940 através da criação da escola de snipers em *Bisley* conseguem contribuir para o sucesso das operações militares britânicas.

Os snipers britânicos utilizam a Lee-Enfield 4 Mk1²⁴ ou, em muitos dos casos, a veterana Pattern 1914 M²⁵, utilizada na IGM. (HASKEW, 2005)

A entrada dos EUA na IIGM, revelou-se mais uma vez decisiva para o desenvolvimento e conclusão do conflito. Em 1941, aquando dos ataques a Pearl Harbor, a formação e presença de snipers nas fileiras do Exército Americano era escassa. Apenas os United States Marine Corps (USMC) possuíam uma estrutura pedagógica própria para a formação desta especialidade. Contudo, o número de snipers disponíveis era reduzido, o que levou à criação de novas estruturas em solo americano (PEGLER, 2001).

Rapidamente se constituiu um curso que integrava as matérias necessárias para habilitar os instruídos à execução de operações sniper. Ao longo de cinco semanas os pretendentes à especialidade adquiriam conhecimentos no cálculo de distâncias, tiro, camuflagem, orientação e observação.

Numa fase inicial, os snipers americanos usavam a Springfield M1903²⁶ de 7,62 mm, sendo que em 1942, a carabina Weaver 330c²⁷ é adoptada como arma oficial dos americanos.

²¹ Ver Anexo A – Armas e Equipamento (Ilustração 2)

²² Ver Anexo A – Armas e Equipamento (Ilustração 3)

²³ Ver Anexo A – Armas e Equipamento (Ilustração 4)

²⁴ Ver Anexo A – Armas e Equipamento (Ilustração 5)

²⁵ Ver Anexo A – Armas e Equipamento (Ilustração 6)

²⁶ Ver Anexo A – Armas e Equipamento (Ilustração 7)

²⁷ Ver Anexo A – Armas e Equipamento (Ilustração 8)

O combate em solo japonês desenrolava-se em florestas densas, o que levou a uma modificação no modo de actuar dos snipers que operavam neste teatro de operações. Os snipers americanos actuavam em equipas de três elementos de forma a garantir um elemento a montar segurança permanentemente.

A IIGM foi um conflito que se caracterizou, em todos os aspectos, pela sua dimensão. O sniper foi empregue por todos os contendores nos mais variados teatros de operações e de formas diferentes.

Quando parecia que a sua função seria algo desadequada e desnecessária, o sniper deu argumentos credíveis para continuar a constituir presença nas operações militares. Adaptou-se ao novo campo de batalha e desta forma, evoluiu doutrinariamente.

3.1.5 Contra-guerrilha em África

Na década de sessenta, alguns países africanos viram nascer movimentos de insurgentes revoltosos que empregavam táticas de guerrilha contra as potências europeias que os colonizavam.

As Forças Armadas Portuguesas (FAP) combateram em três teatros²⁸ diferentes e afastados milhares de quilómetros entre si, razão pela qual houve a necessidade de economizar os meios disponíveis e aplicá-los de uma forma eficaz e eficiente no combate aos insurgentes.

As táticas de contra-guerrilha utilizadas pelas FAP não previam o emprego de snipers. Apenas, esporadicamente, eram fornecidas algumas alças telescópicas aos atiradores mais talentosos de forma a rentabilizar esse mesmo talento. De qualquer forma, não havia qualquer formação orientada para a criação de snipers, ou doutrina de emprego de atiradores especiais.

Contudo, a guerrilha que se opôs às FAP, fez uso de atiradores de longa distância. Muitas vezes, utilizando apenas um atirador isolado e coberto pelas densas florestas, os insurgentes neutralizaram oficiais portugueses identificando-os através dos seus galões dourados.

Através de disparos periódicos sobre o pessoal e instalações, os insurgentes empenhavam as forças portuguesas durante longos períodos de tempo causando desgaste psicológico e moral (Manual Sniper, 2004).

Porém, apenas em 1994 que se expressou o interesse de constituir snipers no Exército Português. Dois oficiais das forças especiais Britânicas viajaram até Lamego com a missão de ministrar um estágio a vários graduados da unidade. Mais tarde, surgiu a necessidade de criar um curso em Portugal, e para tal, foi nomeado um oficial do CTOE²⁹ para se deslocar ao

²⁸ Angola, Moçambique e Guiné-Bissau.

²⁹ Em 1994 designava-se Centro de Instrução de Operações Especiais (CIOE)

Reino Unido e receber formação nos British Royal Marines. Em 1997 inicia-se o primeiro curso de sniper do Exército Português.

3.1.6 Guerra do Golfo – *Operation Desert Storm*

Em 1990, o Iraque sob a presidência de Saddam Hussein invade o Kuwait. Consequentemente, e de forma a dar resposta a esta acção, em 1991 uma coligação de vários países, liderada pelos EUA, põe em acção uma extensa campanha militar com vista à retirada das tropas iraquianas do território do Kuwait.

A Guerra do Golfo foi a consagração do emprego dos sniper através da introdução das armas de calibre 12,7 mm e 14,5 mm. Para além da capacidade anti-pessoal, o sniper passa a adquirir a possibilidade anti-material, constituindo-se como um elemento eficaz no desempenhar de missões de elevado valor tático e estratégico. Durante a guerra, os snipers que operavam este tipo de armas foram responsáveis pela destruição de vários mísseis SCUD³⁰ iraquianos, efectuando fogo sobre os seus depósitos de combustível. Foram, ainda empregues na neutralização de equipamento lança mísseis, radares, antenas, postos de comando e centros de comunicações (Manual Sniper, 2004).

Neste conflito, as forças norte-americanas utilizaram a M40 A1³¹ de calibre 7,62 mm e a Barret M82 A1³² de calibre 12,7 mm.

3.1.7 Segunda Guerra do Golfo – *Operation Iraqi Freedom*

A segunda guerra do golfo surge na consequência dos acontecimentos de 11 de Setembro de 2001, e teve como principais intervenientes os EUA e o Reino Unido contra Iraque.

Surge então, uma nova campanha militar fundamentada pela suspeita da existência de armas de destruição maciça (ADM) no Iraque.

A operação *Iraqi Freedom* inicia-se a 20 de Março de 2002 tendo como finalidade o controlo das principais cidades iraquianas e a captura dos líderes do regime de Saddam.

Como seria de esperar, os snipers constituíram mais uma vez presença nas operações militares efectuando missões específicas, nomeadamente no controlo das cidades iraquianas.

Manter o controlo da população era uma tarefa prioritária de forma a evitar tumultos, por isso, as regras de empenhamento (ROE) consideravam hostil qualquer indivíduo armado.

Através deste conflito, o sniper ganhou mais ênfase não só pela sua precisão mas também pelo efeito psicológico que obtém nas forças opositoras, nomeadamente através das armas sniper de calibre 12,7mm.

³⁰ Ver Anexo A – Armas e Equipamento (Ilustração 9)

³¹ Ver Anexo A – Armas e Equipamento (Ilustração 10)

³² Ver Anexo A – Armas e Equipamento (Ilustração 11)

Para obter uma melhor adaptação ao campo de batalha, o exército norte-americano mobilizou equipas de instrutores para o Iraque com o intuito de dar formação orientada para o combate nas condições climatéricas e meteorológicas locais (HASKEW, 2005).

3.2 Caracterização do Sniper

3.2.1 Definição

Segundo a doutrina americana, o sniper é um soldado que possui habilidades, treino e equipamento especial. A sua função é executar tiro contra alvos inimigos que devido à sua distância, natureza, tamanho, localização ou devido às condições de visibilidade, o atirador vulgar não consegue bater.

Ser sniper requer o aperfeiçoamento das aptidões básicas da formação militar ao mais alto nível através da aprendizagem e repetição dessas matérias até ao absoluto domínio das mesmas (Field Manual 23-10, 1994).

O sniper é altamente treinado em tiro de longo alcance, observação, avaliação de distâncias, navegação, camuflagem e técnicas de combate, a fim de assegurar uma máxima probabilidade de sucesso e o mínimo risco de detecção. (Manual Sniper, 2004)

3.2.2 Missão

O sniper tem como missão primordial, “(...) *eliminar o C4I³³, de dia ou de noite sob quaisquer condições meteorológicas ou climatéricas e em todas as fases da guerra.*” (Manual Sniper, 2004, p. 8).

Acessoriamente, actua como posto de observação (PO) de forma a recolher informação adicional do campo de batalha, podendo ainda actuar como observador avançado (OAV) efectuando a regulação de fogos de artilharia, morteiros e apoio aéreo (CAS).

Fazendo uso da sua capacidade de fazer tiro ajustado a longas distâncias, o sniper cria grandes dificuldades na progressão da força inimiga, provocando a completa desorganização do seu dispositivo e levando-o a empenhar forças prematuramente

Os alvos preferenciais do sniper são os comandantes, os chefes de viatura, os condutores, os radiotelefonistas, os sistemas de armas colectivas e os sistemas de observação e comunicação inimigos. São os designados objectivos de elevado valor (HVT), cuja sua neutralização provoca a quebra quase total das capacidades de decisão do inimigo. Sendo assim, as nossas tropas conseguem comprometer as decisões inimigas e consequentemente obtêm uma nítida vantagem durante as operações de manobra.

³³ Comando, Controlo, Comunicações, Computadores e Informação

Com a introdução das armas sniper de calibre 12,7 mm, o leque de alvos é aumentado consideravelmente, sendo possível bater alvos de elevado interesse tático e estratégico³⁴.

3.2.3 Emprego Operacional

A amplitude das missões do sniper torna as suas aplicações militares inumeráveis. O sniper pode ser empregue em todas as situações e tipos de conflitos, declarados ou não. Seja em operações convencionais, não convencionais ou de resposta à crise (Manual Sniper, 2004).

A missão de um sniper pode resumir-se simplesmente ao resgate de reféns, protecção de individualidades, controlo de tumultos ou acções contra o terrorismo. O sniper constitui um elemento decisivo em operações que se desenrolam em zonas urbanizadas onde a população é um factor a ter em conta. Servindo-se da sua precisão cirúrgica, o sniper consegue bater facilmente um terrorista que pretenda accionar um engenho explosivo ou então um indivíduo que utilize reféns para sua protecção³⁵. “No Kosovo, as equipas sniper foram empregues no apoio a operações de controlo de tumultos, ocupando posições à retaguarda em locais elevados, observando os itinerários de aproximação de manifestantes e identificando agitadores no meio da população manifestante.” (in entrevista, Andrade, 2009, p. 2).

Mas, apesar da sua versatilidade existem determinados factores, relativos ao seu emprego, que permanecem constantes independentemente do MITM-TC.

O sniper deve operar em equipas de dois elementos. Desta forma os dois militares auxiliam-se um ao outro durante a execução de determinadas tarefas, tais como, observar, comer, descansar, calcular e estimar distâncias e ainda na preparação da posição. Para isso, ambos os elementos deverão estar aptos a operar a arma de forma a alternar as funções de observador³⁶ e atirador.

O número de pares sniper empregues numa determinada operação, vai influenciar decisivamente o cumprimento da missão. Esse número vai variar conforme a disponibilidade, previsão da resistência oferecida pelo inimigo e duração da operação. Cada operação tem as suas próprias características o que vai implicar um diferente emprego tático do sniper (Manual Sniper, 2004).

Uma missão de um sniper, normalmente, é constituída por três fases distintas – Infiltração, Acção no Objectivo/Reconhecimento e Exfiltração.

³⁴ Plataformas de lançamento de mísseis, estações de radar de vigilância e controlo aéreo, viaturas blindadas.

³⁵ Tal como sucedeu a 8 de Agosto de 2008, com os assaltantes do Banco Espírito Santo de Campolide (Lisboa) quando usaram os respectivos funcionários como forma de coagir as forças de segurança a não intervir. Os elementos da Unidade Especial de Polícia da Polícia de Segurança Pública, sem por em risco a vida dos reféns, efectuaram dois disparos certos neutralizando os assaltantes de imediato.

³⁶ Denominado na gíria militar por *Spotter*.

Na infiltração, o sniper realiza um deslocamento efectuando a aproximação ao objectivo, permanecendo indetectável pelos sistemas de segurança e detecção do inimigo. Na segunda fase, o sniper vai executar as tarefas fundamentais para o cumprimento da sua missão. Assim que a missão esteja cumprida, o sniper retirar-se rapidamente para um local pré-planeado onde será recuperado por forças amigas.

As fases de infiltração e exfiltração podem ser efectuadas por meios aéreos, anfíbios ou terrestres (Field Manual, 1994).

3.2.4 Princípios

O responsável pelo emprego do sniper deve ter em conta determinados princípios de forma retirar o melhor rendimento e máxima probabilidade de sucesso na operação (Manual Sniper, 2004).

Controle

O sniper é controlado ao mais alto nível através de um planeamento minucioso. O escalão superior deve garantir as coordenações necessárias com outras unidades incluindo unidades amigas, fogos de apoio e flanqueamento dessas unidades. O briefing deve assegurar a correcta localização e identificação dos alvos.

Seleccção Criteriosa de Alvos

Deve ser efectuada uma selecção criteriosa de alvos com base nos alvos preferenciais e factores de decisão.

Emprego da Parelha Sniper

O sniper actua sempre em parelha. Só em ocasiões especiais é que os snipers podem actuar isoladamente. A equipa é a base para a generalidade das operações e alguns alvos podem mesmo requerer mais do que uma equipa

Protecção local e da Retaguarda

Apesar de actuar isoladamente, a protecção local e da retaguarda deve ser assegurada através fogos de apoio e forças que se encontrem nas proximidades do local onde se vai realizar a operação.

Limite de Tempo

Sempre que a observação e acompanhamento de alvos seja superior a 48 horas, devem constar no planeamento equipas sniper de substituição.

Regras de Empenhamento

O sniper deve escolher o melhor momento para efectuar o tiro. Contudo, pode ser necessário obter autorização do comando antes de efectuar o disparo.

Contra Vigilância

O sniper deve ter o conhecimento dos meios de contra-vigilância inimigos de forma a evitar as suas potencialidades e explorar as suas limitações.

3.2.5 Comando e Controlo

Quando as equipas sniper são atribuídas a uma Grande Unidade (GU), normalmente, é designado um oficial responsável pelo comando e controlo das equipas, com a finalidade de efectuar a ligação entre ambas as forças.

O oficial sniper aconselha e rectifica o comandante da GU relativamente às potencialidades e limitações do emprego dos snipers. Executa o briefing ao comandante de unidade e ao comandante de equipa e coordena acções entre os dois. Atribui ainda missões ao comandante de equipa e é responsável pelo treino.

3.2.6 Armamento e Equipamento

Existem vários factores externos³⁷ às armas que afectam a trajectória dos projecteis. A arma primária de um sniper caracteriza-se por uma série de pormenores concebidos para minimizar o efeito desses factores, possibilitando uma grande precisão às mais longas distâncias.

As armas sniper possuem um reduzido número de partes móveis de forma a provocar o mínimo de oscilações, que interferem com o movimento do projectil, após a percussão da munição. O cano é mais comprido do que a generalidade das armas, de forma a possibilitar que a carga propulsora queime completamente. Na sua maioria, as armas sniper são de ferrolho e caracterizam-se por uma grande robustez permitindo efectuar tiro em condições adversas, sendo o gatilho polido de forma a conferir uma maior sensibilidade ao operador no controlo do disparo.

³⁷ Vento, temperatura, pressão atmosférica, balística, perícia do atirador, etc.

As armas sniper dividem-se em duas categorias consoante o seu calibre. As armas ligeiras de calibre 7,62 mm e as armas pesadas de calibre 12,7 ou 14,5 mm. Distinguem-se, não só, mas principalmente pelo alcance.

Em 2006, o sargento norte-americano Jim Gilliland, efectuou um disparo certo a mil duzentos e cinquenta metros contra um insurgente operando uma M24³⁸.

Na segunda guerra do golfo, durante a Operação Anaconda, o sniper canadiano Rob Furlog atingiu um insurgente à distância de dois mil quatrocentos e trinta metros. O soldado canadiano operava uma MacMillan Tac-50³⁹. Estes acontecimentos ficaram na história como os disparos bem sucedidos, mais longos, alguma vez efectuados em campanha por cada uma das categorias de arma sniper (COCHRAN, 2007).

Também as munições empregues pelos snipers apresentam características próprias. Estas munições são diferentes das utilizadas pelas outras forças, na medida em que a sua manufactura é controlada de forma a apresentarem sempre os mesmos elementos⁴⁰. Os snipers têm ainda a possibilidade de empregar munições perfurantes⁴¹, as quais se revelam extremamente eficazes na penetração de blindagens.

Para obter uma visualização mais nítida e detalhada do alvo, a arma de um sniper possui uma luneta. Este acessório é extremamente importante na medida em que faz uma ampliação⁴² do alvo permitindo ao sniper retirar o máximo rendimento da sua arma. Este aparelho é acoplado na parte superior da arma e possui um retículo⁴³ gravado na lente através do qual o sniper ajusta a pontaria. É na luneta que são introduzidos os valores resultantes do cálculo dos elementos externos que influenciam a precisão do tiro (PEGLER, 2004).

O sniper pode ainda acoplar aparelhos de visão nocturna⁴⁴ próprios para a sua arma. Desta forma, adquire a capacidade de operar em situações de visibilidade reduzida. Contudo, estes aparelhos, pela energia que produzem, constituem-se como uma forma fácil de detecção.

O sniper recorre à utilização de binóculos de forma a obter um maior campo de observação e consequentemente uma aquisição de alvos mais eficaz. Através da função *rangefinder*⁴⁵, os binóculos revelam-se uma ferramenta fundamental na difícil tarefa de calcular distâncias.

³⁸ Ver Anexo A – Armas e Equipamento (Ilustração 12)

³⁹ Ver Anexo A – Armas e Equipamento (Ilustração 13)

⁴⁰ Peso, quantidade de pólvora, liga metálica, dimensão, etc.

⁴¹ Ver Anexo A – Armas e Equipamento (Ilustração 16)

⁴² A luneta Shemidt & Bender 5-25x56 tem a capacidade de ampliar até 25 vezes; Ver Anexo A – Armas e Equipamento (Ilustração 18)

⁴³ Ver Anexo A – Armas e Equipamento (Ilustração 19)

⁴⁴ Ver Anexo A – Armas e Equipamento (Ilustração 20)

⁴⁵ A função *rangefinder* emite um feixe de infravermelhos que atinge o alvo e é reflectido. Os binóculos, fazem o cálculo da distância horizontal exacta através do tempo de viagem desse feixe. Ver Anexo A – Armas e Equipamento (Ilustração 21)

O sniper pode actuar isoladamente e a grandes distâncias das forças amigas. Desta forma, necessita de um meio de comunicação seguro e difícil de detectar pelo inimigo.

Esse meio de comunicação pode ser materializado através de uma rede telefónica sem fios (rádio) ou de uma rede informática (computador)⁴⁶.

Para fazer o levantamento dos valores a inserir na luneta, o sniper pode fazer uso de uma estação meteorológica⁴⁷ capaz de determinar com precisão a intensidade do vento, altitude e pressão atmosférica, e ainda de um relógio⁴⁸ próprio para snipers, que efectua os cálculos de todos os elementos que influenciam o tiro. Desta forma o sniper apenas tem de recolher a informação proveniente da estação meteorológica e dos binóculos (distância ao alvo) e inserir no relógio. Automaticamente, este fará o cálculo dos *clicks* a inserir na luneta.

O sniper é perito na arte da camuflagem, cumprindo a sua missão invisível à vista desarmada. Para tal, o sniper utiliza um *ghillie suit*⁴⁹, que consiste num uniforme com diversos padrões de camuflagem e talhes irregulares de forma esconder a silhueta humana e confundi-lo com o meio ambiente.

3.2.7 Atirador Especial – *Designated Marksman*

O atirador especial é um elemento que detém uma arma que lhe permite efectuar tiro com maior alcance e precisão do que um atirador vulgar. A sua missão consiste em bater alvos atribuídos pelo seu comandante directo e é empregue em função da doutrina da unidade a que pertence.

Normalmente, o atirador especial utiliza uma arma semi-automática de forma a bater alvos múltiplos. Uma vez que está integrado numa força, não tem necessidade de utilizar o *ghillie suit* para se camuflar nem de dominar a navegação por carta, sendo que o seu equipamento é igual ao dos restantes elementos da sua unidade.

Actualmente, o atirador especial está presente nas fileiras das Forças Armadas de vários países, contudo, o Exército Português não possui formação nem doutrina de emprego deste tipo de atiradores.

⁴⁶ Ver Anexo A – Armas e Equipamento (Ilustração 22)

⁴⁷ Ver Anexo A – Armas e Equipamento (Ilustração 23)

⁴⁸ Ver Anexo A – Armas e Equipamento (Ilustração 24)

⁴⁹ Ver Anexo A – Armas e Equipamento (Ilustração 25)

CAPÍTULO IV – O SNIPER NAS OPERAÇÕES DE RECONHECIMENTO

4.1 Possibilidades do Sniper nas Operações de Reconhecimento.

Analisando a amplitude de emprego do sniper e as tarefas de um ERec nas várias operações de reconhecimento, poderá depreender-se uma possível conjugação entre ambas as doutrinas. Desta forma, crê-se ser possível uma articulação entre as duas forças sem que haja a violação dos princípios do sniper e os fundamentos das operações de reconhecimento.

De todas as possibilidades que o emprego do sniper oferece, as capacidades de efectuar tiro ajustado a longas distâncias e de observação são as valências que mais poderão servir um ERec no cumprimento das suas missões.

As forças inimigas mais prováveis de um ERec são constituídas por viaturas blindadas que materializam os elementos das forças de segurança inimigas.

Para os operadores dessas viaturas, o conhecimento da protecção da blindagem confere uma determinada confiança na execução das operações, pois caso o inimigo se revele ofensivamente, basta fechar as escotilhas e responder ao fogo através do armamento orgânico da viatura. Contudo, actualmente o sniper possui a capacidade de ultrapassar esse obstáculo. As armas de calibre 12,7 mm bem como as munições sniper perfurantes/explosivas são extremamente eficazes na penetração de blindagens. Em 2008, o destacamento sniper do CTOE que acompanhou a 1ª Companhia de Comandos “Morcegos”, teve a oportunidade de fazer tiro, com a arma de 7,62 mm, sobre a blindagem dos HMMWV⁵⁰ e das M11 Panhard⁵¹. Os snipers do CTOE aperceberam-se que as munições perfurantes atravessavam a blindagem de um lado ao outro (*in* entrevista, Moura, 2009).

Através de um estudo das viaturas blindadas utilizadas pelo inimigo, o sniper poderá identificar facilmente o lugar do chefe de viatura e do condutor. Através da neutralização de um destes elementos, o sniper vai provocar o pânico e a desorganização no dispositivo da força hostil. Consequentemente, as nossas tropas mantêm a liberdade de manobra, uma vez que a unidade inimiga será obrigada a instalar de forma a esclarecer a situação e substituir o elemento neutralizado. Este é um processo demoroso que vai comprometer o ímpeto do inimigo com a possibilidade de facultar mais elementos para bater.

A partir desse momento, uma das medidas que o inimigo vai tomar será fechar as escotilhas das viaturas. Desta forma, o inimigo irá ver o seu comando e controlo dificultado, uma vez

⁵⁰ High Mobility Multi Purpose Wheeled Vehicle; Ver Anexo A – Armas e Equipamento (Ilustração 26)

⁵¹ Ver Anexo A – Armas e Equipamento (Ilustração 27)

que no combate das unidades blindadas é extremamente difícil e até confuso manter as posições de combate operando de escotilha fechada.

Uma unidade de reconhecimento procurará sempre evitar o contacto, contudo, caso aconteça, o sniper poderá empenhar prematuramente as forças inimigas, garantindo o contacto permanente e evitando o empenhamento decisivo do ERec

O sniper poderá ainda actuar de forma a canalizar as forças inimigas para áreas de empenhamento (EA), terreno restritivo ou para obstáculos. Desta forma o inimigo tenderá a concentra-se em determinadas áreas para as quais será orientado um grande volume de fogos.

No campo de batalha o sniper efectua grandes distâncias apeado, pelo que o cansaço e a incomodidade poderão revelar-se como factores influentes da precisão do tiro. Esta dificuldade pode ser facilmente superada através da capacidade de mobilidade do ERec. O sniper poderá fazer-se transportar pelas viaturas, adquirindo uma maior velocidade e segurança na infiltração e exfiltração, bem como o apoio logístico necessário. Consequentemente, obtém uma maior capacidade de sobrevivência caso tenha de ser rendido ou evacuado.

A organização de um ERec constitui um pelotão de morteiros pesados 10,7 mm. O sniper poderá efectuar correcções e pedidos de apoio de fogos ao pelotão de morteiros de forma mais eficaz uma vez que não possui o nível de stress do comandante de pelotão de reconhecimento. Sendo o objectivo do reconhecimento adquirir informação útil para o planeamento do escalão superior, o sniper poderá desempenhar um papel importante nesta área relatando com rapidez e precisão aquilo que estiver observar.

O equipamento de um sniper proporciona-lhe uma grande capacidade de observação em qualquer situação, pelo que poderá ser um elemento fundamental na recolha de informação para os pelotões de reconhecimento (PelRec).

O sniper pode ainda fazer o guiamento de uma unidade durante o reconhecimento de pontos específicos, esclarecendo rapidamente a situação em caso de contacto efectivo.

Através da observação privilegiada sobre o objectivo, o sniper pode comunicar com o comandante de pelotão fornecendo-lhe informações importantes. Desta forma os pelotões de reconhecimento obtêm informação detalhada dos acontecimentos durante a aproximação ao objectivo e execução da operação em geral. O sniper necessitará de um rádio pequeno, fácil de transportar e capaz de transmitir a grandes distâncias. Este aparelho vai permitir-lhe operar de uma posição distante dos PelRec e, simultaneamente, manter a comunicação com o comando do ERec.

Quando em Zona de Reunião (ZRN), o ERec estabelece postos de observação de forma a garantir a segurança local. O sniper poderá constituir um elemento muito útil nesta tarefa, pois

uma das suas missões consiste em operar postos de observação. Servindo-se das suas técnicas de camuflagem poderá efectuar a segurança do seu sector sem ser detectado.

Pelos seus conhecimentos em técnicas de sobrevivência, o sniper possui uma grande autonomia no campo de batalha, sendo possível cobrir alvos até 48 horas. Uma vez que o reconhecimento é uma necessidade e preocupação constante, o sniper poderá contribuir para a continuidade esforço de reconhecimento.

4.2 Emprego de Snipers

4.2.1 O Sniper nas Operações de Reconhecimento de Itinerário

O objectivo do reconhecimento de itinerário é fornecer informações, relativas às características, obstáculos e actividade inimiga, ao longo de um itinerário específico e respectivo terreno adjacente (NEP PelRec, 2007).

O sniper pode desempenhar um papel muito útil na execução das tarefas de um PelRec neste tipo de missão. Fazendo uso da sua observação pormenorizada pode avistar forças inimigas que se encontrem a uma grande distância das nossas forças, sendo possível identificar de imediato o tipo de força hostil com que se vai contactar. Desta forma, o PelRec adquire oportunamente a possibilidade de se preparar melhor para o tipo resistência que vai encontrar. O sniper pode fazer o levantamento do estado do itinerário através da sua observação, averiguando a sua adequabilidade para o movimento da força principal. Através do conhecimento dos meios que a força principal utiliza, o sniper pode determinar a traficabilidade e a transitabilidade do itinerário a reconhecer. Os binóculo e/ou retículo da luneta permitem ao sniper efectuar o cálculo de distâncias que poderão ser empregues no cálculo da largura e comprimento do itinerário (Manual Sniper, 2004).

O inimigo pode utilizar curvas de itinerários e pontos de estrangulamento para efectuar emboscadas. Através de um local que permita a observação parcial ou total do itinerário, o sniper pode fazer o levantamento de possíveis locais para emboscadas, zonas de embarque, zonas de aterragem e lançamento, locais de contornamento de obstáculos, entre outros.

O sniper poderá efectuar o guiamento do PelRec no movimento ao longo do itinerário a reconhecer, exactamente da mesma forma que o destacamento sniper fez com a 1ªCCMDS no Afeganistão. Transmitindo oportunamente, informações relativas às características do itinerário e actividades hostis (*in* entrevista, Moura, 2009).

4.2.2 O Sniper nas Operações de Reconhecimento de Área

O intuito do reconhecimento de área é a obtenção de informações relativas ao terreno, inimigo e população num espaço de terreno definido por uma linha fechada. Normalmente, as áreas a

reconhecer são materializadas por áreas edificadas, pontes, desfiladeiros, curvas de estrada, áreas contaminadas ou áreas arborizadas (NEP PelRec, 2007).

As pontes materializam uma forma eficaz de fazer a travessia de linhas hidrográficas, contudo, constituem-se como um obstáculo, pelo que é necessário efectuar reconhecimentos. Durante o reconhecimento de ponte, ocupando uma posição que lhe permita observar toda a área, o sniper poderá informar o PelRec relativamente eventuais actividades hostis que ocorram na ponte ou respectivas imediações. O sniper pode ainda eliminar essas forças através do seu poder de fogo. Desta forma, o PelRec adquire uma maior segurança no reconhecimento e travessia da ponte.

Sendo formado na identificação de vários objectos militares a longas distâncias, o sniper pode fazer a observação da ponte com vista à identificação de possíveis armadilhas e/ou explosivos colocados no tabuleiro ou pilares.

Os desfiladeiros e as curvas de estrada materializam locais ideais para realizar emboscadas devido aos condicionantes que implicam no movimento das forças. O sniper poderá deslocar-se de forma a observar o outro lado da curva ou a parte final do desfiladeiro, informando oportunamente sobre eventuais actividades inimigas. Caso a emboscada se concretize, o sniper poderá eliminar as forças inimigas de forma a auxiliar o PelRec a progredir e a ultrapassar essa área.

As áreas edificadas possuem características⁵² próprias, constituindo-se como um obstáculo às forças militares. Durante um reconhecimento de uma área edificada o sniper poderá fazer uso do alcance da sua arma para proteger o PelRec durante a progressão. O sniper poderá colocar-se numa posição superior capaz de garantir a observação sobre a povoação. Os telhados ou níveis mais altos dos edifícios materializam bons locais para posicionar snipers.

Pela presença de civis, através da sua precisão, o sniper pode revelar-se fundamental neste tipo de operações, evitando danos colaterais que outros sistemas de armas causariam. Este é um factor cada vez mais a ter em conta, uma vez que os centros urbanos representam o núcleo económico, político e militar de um Estado e em tempo de guerra, os principais objectivos. Em áreas edificadas, o inimigo pode também empregar snipers. Este facto torna iminente a seu emprego uma vez que o sistema de armas mais eficaz na luta contra-sniper é outro sniper. Caso lhe seja atribuído o equipamento adequado, o sniper poderá ainda ser empregue em operações de reconhecimento de áreas contaminadas por agentes NBCR.

⁵² Observação e campos de tiro limitados; reduzida capacidade de manobra; Presença de civis, dificuldades no comando e controlo; combate tridimensional (Regulamento de Campanha, 2005, parte III).

4.2.3 O Sniper nas Operações de Reconhecimento de Zona

As operações de reconhecimento de zona são desenvolvidas em zonas extensas e podem integrar várias operações de reconhecimento de área e itinerário. Desta forma, é constituída uma FIR, com capacidade de actuar rapidamente em qualquer parte da área de operações. Numa operação de reconhecimento de zona, a FIR poderá constituir uma equipa sniper transportada por uma viatura blindada.

Em 2003, durante a Segunda Guerra do Golfo, o sargento sniper Jack Coughlin, que serviu nos USMC, criou a *Mobile Sniper Strike Team*. Efectuando algumas alterações nos HMMWV, Coughlin colocou snipers na posição de atirador deitado no tejadilho da viatura. Desta forma o sniper adquiria a mobilidade necessária para acompanhar as restantes forças no campo de batalha.

Este *upgrade* viria a demonstrar-se extremamente eficaz na medida em que permitia ao sniper deslocar-se rapidamente de forma a efectuar a aquisição de alvos.

Após a sua aposentação do serviço militar, a *Mobile Sniper Strike Team* conquistou algum mérito aos olhos das chefias militares, e consequentemente a ideia tem sido colocada em prática pelos Marines americanos.

4.2.4 O Sniper nas Operações de Reconhecimento em Força

As operações de reconhecimento em força têm como objectivo obter informações relativas ao inimigo e são desenvolvidas quando outros os elementos de aquisição de informação se revelam ineficazes.

Devido ao seu cariz agressivo e violento, os snipers poderão dar um grande contributo para este tipo de operações. As armas de calibre pesado possuem um grande impacto psicológico devido ao poder devastador que possuem. Desta forma o inimigo terá de empregar os seus sistemas de armas mais poderosos revelando a localização das suas posições principais. Sendo uma ameaça muito difícil de detectar, a força inimiga terá dificuldades em dar resposta ao tiro do sniper e consequentemente terá de se movimentar.

O sniper poderá também transmitir informações relativas às forças inimigas. Fazendo uso da sua capacidade de observação poderá transmitir informações referentes ao dispositivo e composição do inimigo de forma a auxiliar o comandante durante o comando da operação.

4.3 Sniper no ISTAR

O sistema de informações, vigilância, aquisição de objectivos e reconhecimento é um sistema que obtém sinergias ao integrar, de forma coordenada e centralizada, os meios ou sensores de vigilância, de reconhecimento ou de aquisição de objectivos, com o processo de informações.

É um sistema operacional em tempo de paz, crise ou guerra, para obter a informação e/ou informações necessárias ao planeamento e ao emprego das forças (Âmbito de actuação, missões e tarefas das unidades de Tropas Especiais, 2008).

O sniper com as suas possibilidades de emprego poderá integrar o sistema ISTAR como um dos elementos intervenientes no processo das informações.

A formação dos snipers dos United States Navy Seals é orientada para habilitação de técnicas de observação e interpretação de acontecimentos, dos quais se produz informação. A sua doutrina refere que 90% do seu emprego é vocacionado para a obtenção de notícias e informação e apenas 10% para a execução de tiro. Antes de realizar qualquer operação, os Seals enviam snipers para o terreno com o intuito de estudar o objectivo. Desta forma, garantem uma maior probabilidade de sucesso na operação posterior, realizada pelas equipas de intervenção (MACHENZIE, 2005).

Também os USMC possuem equipas sniper vocacionadas para a obtenção de notícias e informações. A missão das STAST⁵³ não é neutralizar o C4I inimigo, mas sim a aquisição de *intel*. Estes snipers são integrados nos Scout Sniper Platoons cuja constituição é de oito ou dez equipas sendo cada uma especializada num diferente tipo de operação.

Os snipers dos EUA não possuem todos a mesma missão e princípios de emprego. Tais divergências doutrinárias são resultantes da missão específica de cada ramo e da qual resultará uma diferente forma de emprego.

Sendo o Exército dos EUA um dos exércitos mais profissionais e tecnologicamente desenvolvidos, e no qual vários países baseiam a sua doutrina, é fácil perceber que as chefias militares norte-americanas se apercebem da importância do sniper e não prescindem dele como elemento activo no processo de obtenção de informação utilizável no IPB e PTDM.

Pela profundidade que pode actuar no campo de batalha, e pela descrição no cumprimento da missão, o sniper é um elemento com características únicas para a obtenção, de informação detalhada da área de operações (*in* entrevista, Andrade, 2009).

4.4 Os Snipers do CTOE no Afeganistão

A International Security Assistance Force (ISAF) é uma força de estabilização de paz, mandatada pelo conselho de segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) com o objectivo de assistir as forças policiais e militares afegãs a obterem as condições de paz que possibilitem a reconstrução do país.

Em função das características do teatro de operações (TO) do Afeganistão sentiu-se a necessidade de constituir snipers nas forças nacionais destacadas de forma a colmatar as

⁵³ Surveillance and Target Acquisition Sniper Teams (STAST)

limitações resultantes da não integração de elementos com essa qualificação na orgânica da força. Consequentemente, foram integrados destacamentos sniper⁵⁴, provenientes do CTOE, nas companhias de comando que integraram a ISAF.

De 27 de Fevereiro a 8 de Agosto de 2008, um destacamento sniper constituído por quatro militares, sendo dois sargentos e duas praças, foi integrada na 1ª Companhia de Comandos (CCMDS) “Morcegos”.

De acordo com as missões e necessidades da força, foram atribuídas as seguintes missões primárias ao destacamento (*in* entrevista, Moura, 2009):

- Proteger a força em operações ofensivas e defensivas;
- Contra-sniper;
- Anti-carro;
- Anti-pessoal;
- Vigilância de pontos sensíveis.

Podendo ainda serem empregues secundariamente em missões como:

- Contra terrorismo;
- Resgate de reféns;
- Protecção de VIP;
- Actuar de forma a isolar uma área ou objectivo;
- Regulação de fogos;
- Protecção de Itinerários;
- Eliminação de VIP.

Apesar de serem qualificados com o curso de sniper, todas as missões realizadas pelo destacamento sniper, consistiram em tarefas típicas de um atirador especial.

Durante o período em que decorreu a missão, o destacamento sniper efectuou operações de protecção de força, monitorização e controlo de itinerários, isolamento de áreas, protecção a VIP e pontos sensíveis, patrulhas com outras forças e ainda acções de demonstração de força/presença com o intuito de detectar actividades dos insurgentes.

Das várias operações realizadas pela 1ªCCMDS “Morcegos”, há a destacar a operação *Sohil Laram IV*, cujo objectivo era efectuar a ocupação e segurança da FOB Huta⁵⁵. Nesta operação, o destacamento sniper teve como tarefas principais: garantir de forma permanente a vigilância da FOB Huta, a partir da TANGO 6; destacar um sniper para todas as patrulhas apeadas/montadas; e nomear um sniper para integrar a *Quick Reaction Force* (QRF) da patrulha em missão.

⁵⁴ Destacamento Sniper era constituído por duas equipas sniper com a capacidade anti-pessoal e anti-material

⁵⁵ Ver Anexo B – Afeganistão (Ilustração 1)

A TANGO 6 materializava uma torre de vigia com boa observação sobre a RING ROAD⁵⁶ e o distrito de Maywand, através da qual, o destacamento conferiu protecção às patrulhas que habitualmente saíam de FOB Huta. Equipados com o monóculo *Carl Zeiss*⁵⁷ e com luneta da arma, os snipers do CTOE efectuaram o guiamento das patrulhas pelo interior das ruas de Maywand, transmitindo oportunamente ao comandante de patrulha acções de eventuais insurgentes.

A Highway 1 é uma das poucas estradas alcatroadas no Afeganistão e materializa uma linha de comunicação importante que atravessa o país de norte a sul, desde de Kabul a Kandahar. A RING ROAD é a parte desse itinerário que passava junto da FOB Huta e atravessava o distrito de Maywand. Sendo assim, constitui-se como um local cuja sua observação permanente era essencial.

Os snipers do destacamento, apesar de operarem com atiradores especiais, provaram a sua importância, conferindo segurança à companhia na execução das suas missões bem como um maior poder de fogo no combate às ameaças típicas daquele TO (Relatório Final de Missão, 2008).

⁵⁶ Ver Anexo B – Afeganistão (Ilustração 2)

⁵⁷ Ver Anexo A – Armas e Equipamento (Ilustração 31)

Conclusão

Do estudo realizado, pode concluir-se que no ambiente operacional contemporâneo, a informação desempenha um elemento vital na conduta das campanhas, representando a base de sustentação das operações militares. Se não existir informação, não existe objectivo nem muito menos missão.

Todas as acções no terreno são orientadas em função dos dados recolhidos pelos sistemas de aquisição de informação, onde as operações de reconhecimento terrestre desempenham uma acção essencial no auxílio ao planeamento dos comandantes.

É de extrema importância para um comandante saber se as características do terreno possibilitam a manobra da sua unidade. Pormenores como a largura, comprimento ou capacidade de tonelagem dos itinerários ou qualquer outro aspecto do terreno que a carta topográfica militar não esclareça, carecem de reconhecimentos. Para tal, as unidades que executam operações de reconhecimento terrestre têm de ser detentoras de uma grande mobilidade.

Por sua vez, o inimigo sabe da necessidade de informação das nossas tropas, por isso vais empregar forças e meios com vista à segurança das suas operações. Nesta perspectiva, as unidades de reconhecimento têm de ser possuidoras de um potencial de combate capaz de conferir segurança durante a realização dos reconhecimentos.

Fazendo uma análise da actuação do sniper nos vários conflitos militares que ocorreram ao longo da história, é fácil perceber que este evoluiu, adaptando-se ao modo de fazer a guerra. Desde a sua génese no meio militar que o sniper teve influência no decorrer das campanhas, mas algumas vezes, em consequência da utilização de tecnologias inovadoras, as suas possibilidades foram algo desprezadas pelas chefias militares.

Com o surgir de novos conflitos, o sniper provou que é um militar versátil capaz de se adaptar às características da área de operações onde a missão se vai realizar, e por isso, é um elemento cuja necessidade da sua presença nas operações militares é reconhecida por qualquer comandante.

Actualmente, o termo sniper é indiscriminadamente utilizado pela opinião pública e pelos media para caracterizar um indivíduo que executa tiro utilizando uma arma acoplada de uma alça telescópica. O que se sucede é uma constante confusão entre o sniper e atirador especial. São dois conceitos que, apesar de possuírem algumas semelhanças, possuem ainda mais diferenças.

O sniper integra duas componentes distintas. Uma componente técnica resultante da sua formação militar e uma componente táctica, resultante do seu emprego operacional. O

atirador especial distingue-se do sniper na medida em que apenas integra a componente técnica.

“O sniper age. O atirador especial reage” (in entrevista, Moura, 2009, p. 1).

Ou seja, o atirador especial não possui uma prioridade de alvos, limita-se apenas a bater aqueles que caracteristicamente se revelam mais adequados para as suas capacidades. Não possui o emprego tático nem muito menos o comando e controlo de uma equipa sniper. Em comum, apenas têm a aptidão em tiro de longo alcance.

Por sua vez, o sniper possui uma determinada autonomia, pois é ele que faz o planeamento da sua operação assim que recebe a ordem de operações do escalão superior. O sniper planeia a aproximação ao objectivo, localiza-o, observa-o, procede conforme ordenado superiormente e por fim afasta-se sem ser detectado.

O sniper confere uma visão mais ampla do campo de batalha, executa as correcções de fogos indirectos, quebra o ímpeto e a vontade de combater do inimigo, recolhe informações sobre as suas actividades e neutraliza-o nos pontos decisivos. Consequentemente, o sniper dificulta a acção dos comandantes inimigos em manter as formações de combate dificultando a sua progressão no terreno.

O sniper poderá constituir uma força formidável no campo de batalha das unidades mecanizadas, sendo capaz de restringir a execução de determinadas tarefas hostis caso lhe seja conferido uma arma de calibre pesado e o apoio necessário. Mas para tal, será necessário constituir um curso de formação para adaptar o sniper ao modo de trabalhar e pensar de um ERec.

Apesar de em Portugal, apenas ser empregue no âmbito das missões de operações especiais, *[...]o sniper tem a capacidade de perceber outras unidades e apoiá-las no seu emprego de forma eficaz”*(in entrevista, Andrade, 2009, p. 3).

Tal como aconteceu nos TO do Kosovo e Afeganistão, e ao longo de toda a sua existência no meio militar, o sniper adaptou-se ao modo de combater da unidade que apoia.

Sendo assim, e depois de conjugadas ambas as missões, crê-se que o sniper poderá elevar o potencial de combate de um ERec através da sua capacidade de efectuar tiro contra alvos anti-pessoais e anti-materiais situados a grandes distâncias, e ainda através da sua capacidade de observação. O ERec obterá um sistema de armas mais eficaz, eficiente e adaptado ao ambiente operacional contemporâneo.

Consequentemente, todas as possibilidades levantadas no Capítulo IV deste trabalho de investigação poderão ser materializadas.

Pode então concluir-se que a o emprego de snipers nas operações de reconhecimento terrestre é possível e justifica-se.

Actualmente, a formação, integração e emprego de snipers no Exército Português é da inteira exclusividade do CTOE, sendo o seu emprego efectuado em função das suas missões. Ou seja, o sniper está constituído apenas para integrar as missões de operações especiais.

Fruto da amplitude do seu emprego, o sniper possui várias capacidades, mas das quais, apenas a observação e a capacidade de efectuar tiro ajustado a longas distâncias seriam aproveitadas. Sendo assim, uma eventual integração num ERec poderá não ser rentável.

Propõe-se então que sejam conferidos ao ERec, elementos qualificados como atiradores especiais capazes de operar armas sniper de calibre pesado.

O emprego de atiradores especiais é muito comum nas fileiras das Forças Armadas de outros países da NATO, contudo, actualmente não está constituído qualquer curso ou estágio para habilitar militares nesta especialidade. Eventualmente, poderá haver a presença de elementos com esta função em algumas subunidades do Exército. Todavia, constituem-se apenas como adaptações resultantes de experiências em missões ou exercícios internacionais, que levaram os respectivos comandantes a perceber a necessidade de constituir elementos com esta função na sua unidade.

Seria importante criar um curso capaz de possibilitar a formação e posterior integração de atiradores especiais nas várias unidades operacionais do Exército Português.

A integração de atiradores especiais (apesar de qualificados como sniper) nas forças nacionais destacadas é proveniente da consciencialização do ambiente operacional contemporâneo, uma vez que o sniper se revela muito eficaz contra as ameaças típicas dos teatros de operações actuais.

Entidades que sustentam a doutrina do Exército Português, como a NATO ou os EUA, não prescindem de atiradores especiais, por isso, poderá estar no momento de começar a constituir doutrina de emprego deste tipo de atiradores.

Bibliografia

Livros:

- BORGES, TCOR J. (2004). *Elementos de estratégia (5.ªEd)*, Serviços Gráficos da Academia Militar, Lisboa.
- COUTO, A. (1988). *Elementos de estratégia: apontamentos para um curso*, Instituto de Altos Estudos Militares, Lisboa.
- ECO, Humberto (2008). *Como se faz uma Tese em Ciências Humanas (14ªEd)*, Editorial Presença, Lisboa.
- HASKEW, M. (2005). *The sniper at war: from the american revolutionary war to the present day*, Amber Books, Londres.
- HILL, M. & HILL, A. (2005). *Investigação por questionário (2.ªEd.)*, Edições Silabo, Lisboa.
- PLASTER, J. (2006). *The ultimade sniper*, Paladin Press, Estados Unidos da América.
- PEGLER, Martin (2001). *The Military Sniper since 1914*, Oxford: Osprey Publishing, Estados Unidos da América.
- PEGLER, Martin (2004). *Out of nowhere a history of military sniper*, Oxford: Osprey Publishing, Estados Unidos da América.
- PEREIRA, A. & POUPA, C. (2006). *Como escrever uma tese, monografia ou livro científico usando o word (3.ª Ed.)*, Edições Silabo, Lisboa.

Manuais Portugueses:

- MDN (2005). *Exército Português - Regulamento de campanha operações*, Ministério da Defesa Nacional, Lisboa.
- CIOE (2004). *Manual sniper*, Centro de Tropas de Operações Especiais, Lamego.
- EREC (2008). *NEP Pelotão de Reconhecimento, Esquadrão de Reconhecimento, Santa Margarida da Coutada*.

Manuais Americanos:

- HDA (2008). *Field Manual 3-0, Operations*, Headquarters Departement of the Army, Estados Unidos da América.
- HDA (2003). *Field Manual 3-05.222, Special operations sniper training and employment*, Headquarters Departement of the Army. Estados Unidos da América.
- HDA (2003). *Field Manual 3-22.9, RIFLE MARKSMANSHIP M16A1, M16A2/3, M16A4 and M4 carbine*, Headquarters Departement of the Army, Estados Unidos da América..

- HDA (1994). *Field Manual 23-10, Sniper training*, Headquarters Departement of the Army, Estados Unidos da América.
- USMC (1998). *Marine Sniper*, United States Marine Corps, Estados Unidos da América.
- USNS (2003). *US Navy Seals Sniper training and employment*, United States Navy Seals, Estados Unidos da América.

Outros

- MOURA, Jorge (2008). *Relatório Fim de Missão*, Centro de Tropas de Operações Especiais, Lamego.
- MOURA, Jorge (2008). *Briefing AFG17_02_2008*, Centro de Tropas de Operações Especiais, Lamego.
- MACHENZIE, Richard (2005). *The US Navy Seals: Sniper*, [Television Broadcast], Discovery Channel.
- COCHRAN, Tom (2007). *Sniper School*, [Television Broadcast]. Discovery Channel.
- MDN (2008). *Estado-Maior do Exército - Âmbito de Actuação, Missão, Tarefas das Tropas Especiais*, Ministério da Defesa Nacional, Lisboa.

Cites na Internet consultados em 26/04/2009:

- http://ec1.images-amazon.com/images/I31oOOJB1L+L._AA280_.jpg.
- <http://www.sandygunworks.com/InventoryPics/MosinNagantSniper1-800.jpg>.
- http://www.germandaggers.info/images/karabiner98_1.jpg
- <http://www.gewehr43.com/g43forwebpage.jpg>
- <http://www.gewehr43.com/g43forwebpage.jpg>
- <http://grenadelauncher.com/SKS-M59-66A1-rifle-grenade-launcher.JPG>
- <http://www.fas.org/man/dod-101/sys/land/m1903a4.jpg>
- http://www.conspiracy-times.com/images/articles_images/scud.jpg
- <http://www.imfdb.org/images/d/de/M40a1standard-1-.jpg>
- http://www.airsoftelite.com/products/VFC/image/VFC_M82A1_430x230_1.jpg
- <http://www.vandykerifles.com/images/M24-Supermagnum-lg.jpg>
- <http://render64.files.wordpress.com/2009/02/tac50-package.jpg>
- <http://www.swfa.com/images/product/medium/677911M.jpg>
- http://sgcusa.com/images/supporting_images_large/Schmidt_Bender_5-25x56_Police_Marksman_II_LP_F.jpg
- <http://www.marinha.pt>
- http://ghilliesuitdirect.com/images/ghilliesuit_misc/27-171-336-400570.jpg

ANEXO A – Armas e Equipamento



FONTE: https://i.images-amazon.com/images/I/31oOOJB1L+L._AA280_.jpg

Ilustração 1: Carabina Kentucky.



FONTE: <http://www.sandygunworks.com/InventoryPics/MosinNagantSniper1-800.jpg>

Ilustração 2: Moisin Nagant 91/30.



FONTE: http://www.germandaggers.info/images/karabiner98_1.jpg

Ilustração 3: Mauser Karabiner 98Kurz.



FONTE: <http://www.gewehr43.com/g43forwebpage.jpg>

Ilustração 4: Gewehr 43.



FONTE: <http://www.gewehr43.com/g43forwebpage.jpg>

Ilustração 5: Lee Enfield 4 MK1.



FONTE: <http://grenadelauncher.com/SKS-M59-66A1-rifle-grenade-launcher.JPG>

Ilustração 6: Pattern 1914 M.



FONTE: <http://www.fas.org/man/dod-101/sys/land/m1903a4.jpg>

Ilustração 7: Springfield M1903.



FONTE: <http://media.photobucket.com/image/Weaver%20330/seahawktrading/gb%203-21/IMG0030.jpg>

Ilustração 8: Weaver 330c.



FONTE: http://www.conspiracy-times.com/images/articles_images/scud.jpg

Ilustração 9: Míssil SCUD.



FONTE: <http://www.imfdb.org/images/d/de/M40a1standard-1-.jpg>

Ilustração 10: M40 A1.



FONTE: http://www.airsoftelite.com/products/VFC/image/VFC_M82A1_430x230_1.jpg

Ilustração 11: Barret M82 A1.



FONTE: <http://www.vandykerifles.com/images/M24-Supermagnum-lg.jpg>

Ilustração 12: M24.



FONTE: <http://render64.files.wordpress.com/2009/02/tac50-package.jpg>

Ilustração 13: MacMillan Tac-50 de calibre 14,5mm.



FONTE: CARVALHO, 2009, Lamego

Ilustração 14: Munição 7,62 mm Lapua (esquerda) e 7,62 mm normal.



FONTE: CARVALHO, 2009, Lamego

Ilustração 15: Munições 7,62 mm Lapua.



FONTE: CARVALHO, 2009, Lamego

Ilustração 16: Munições sniper 7,62 mm Lapua.

- Munição.338 perfurante (esquerda)
- Munição.308 perfurante (centro)
- Munição.308 (direira)



FONTE: CARVALHO, 2009, Lamego

Ilustração 17: Munições sniper de vários calibres.

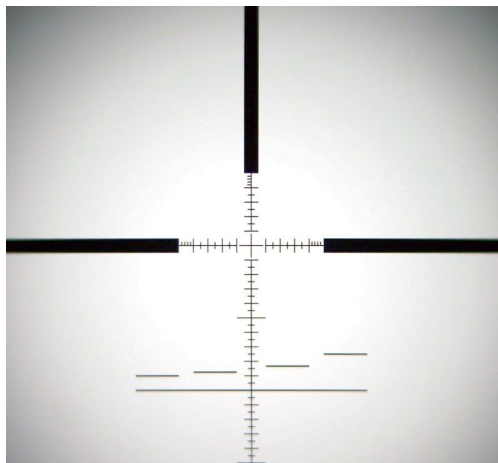
(Da esquerda para a direita)

- Munição 14,5 mm perfurante.
- Munição 12,7 mm explosiva.
- Munição.338 perfurante.
- Munição.308.



FONTE: <http://www.swfa.com/images/product/medium/677911M.jpg>

Ilustração 18: Luneta Schmidt & Bender 5-25x56.



FONTE: http://sgcusa.com/images/supporting_images_large/Schmidt_Bender_5-25x56_Police_Marksman_II_LP_F.jpg

Ilustração 19: Reticulo da luneta Schmidt & Bender 5-25x56.



FONTE: <http://www.snipersparadise.com/equipment/rifles/pics/sako2.jpg>

Ilustração 20: Aparelho de visão noturna Simrad KN200.



Ilustração 21: Binóculos Leica Vector 21 com função *Rangefinder*.



FONTE: <http://www.marinha.pt>

Ilustração 22: Computador Portátil.



Ilustração 23: Estação Meteorológica.



FONTE: CARVALHO, 2009, Lamego

Ilustração 24: Relógio para cálculo dos *clicks* a inserir na luneta.



FONTE: http://ghilliesuitdirect.com/images/ghilliesuit_misc/27-171-336-400570.jpg

Ilustração 5: *Ghillie Suit*.



FONTE: MOURA, 2008, Lamego.

Ilustração 26: Viatura HMMWV.



FONTE: MOURA, 2008, Lamego.

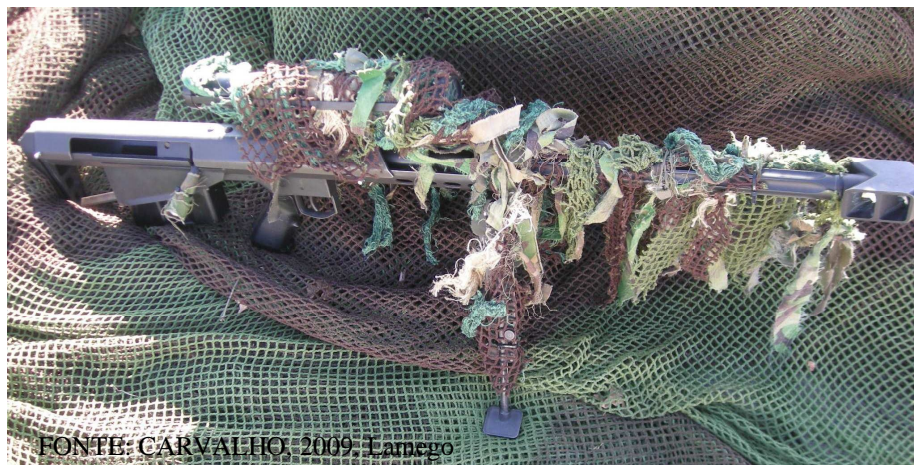
Ilustração 27: Viatura M11.



Ilustração 28: Militar do Centro de Tropas de Operações Especiais com o Rádio Marconi.



Ilustração 29: Accuracy International L96A1



FONTE: CARVALHO, 2009, Lamego

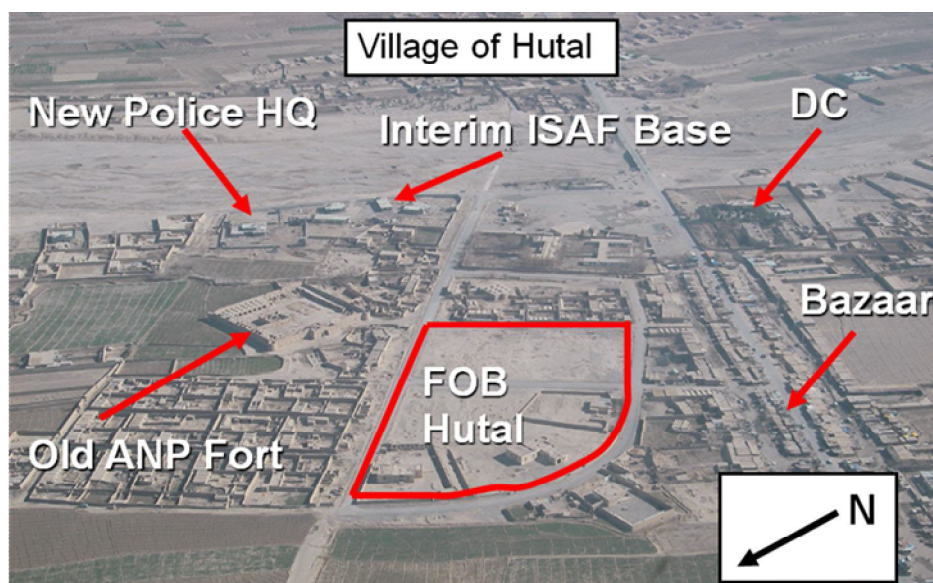
Ilustração 30: Barret M95 12,7mm.



FONTE: MOURA, 2008, Lamego.

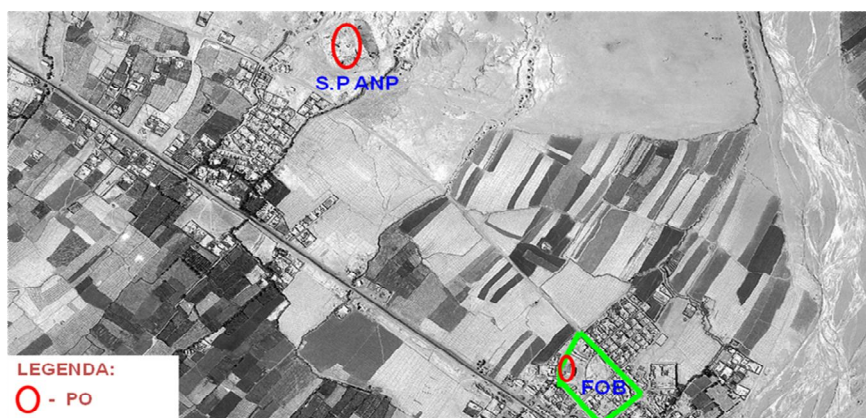
Ilustração 31: Monóculo Carl Zeiss.

ANEXO B – Afeganistão



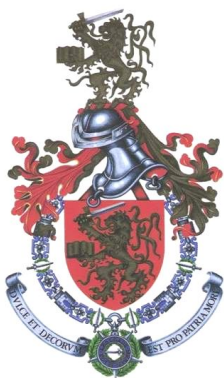
FONTE: MOURA, 2008, Lamego.

Ilustração 1: Localização da FOB Huta.



FONTE: MOURA, 2008, Lamego.

Ilustração 2: A localização da RINGROAD e da torre TANGO 6 (PO dentro da FOB HUTAL)



ACADEMIA MILITAR -ENTREVISTA-

Esta entrevista foi criada no âmbito da elaboração do Trabalho de Investigação Aplicada, que tem como tema “O Sniper nas Operações de Reconhecimento”.

Este documento é direccionado ao comandante do Grupo de Operações Especiais Bravo, no qual se integra o pelotão sniper, e que pela sua função é o responsável pelo emprego operacional dos elementos sniper.

Informação Geral

POSTO: Capitão

ARMA/SERVIÇO: Infantaria

NOME: José Carlos Pereira de Andrade

1. Como comandante do Grupo de Operações Especiais que integra o pelotão sniper, já efectuou algum exercício ou missão onde empregou snipers?!

Sim.

Em vários exercícios nacionais e internacionais e como comandante de um Destacamento de Operações Especiais (DOE) integrado numa Força Nacional Destacada (FND) no âmbito da Kosovo Force (KFOR).

2. Que exercícios, e de que forma foram os snipers empregues?

Em Espanha, nos exercícios MACHETE-ALMOGAVAR 06 e MACHETE-MADERAL 07, as equipas sniper mantinham o alvo sobre observação, com a possibilidade de execução de fogo sobre as sentinelas, permitindo o movimento seguro da equipa de intervenção. Num exercício, o alvo era materializado por um paiol, que pela sua especificidade, se encontrava isolado sem itinerários desenhados numa extensão considerável, facilitando o defensor.

Através de meios rádio, as equipas sniper comunicaram com a equipa de intervenção permanentemente, informando com detalhe sobre toda a actividade no alvo, em particular da actividade desenvolvida pelas sentinelas.

No Kosovo, as equipas sniper foram empregues no apoio a operações de controlo de tumultos, ocupando posições à retaguarda em locais elevados, observando os itinerários de aproximação de manifestantes e identificando agitadores no meio da população.

3. Já efectuou algum exercício com equipas sniper em apoio a outras forças militares (sem ser de operações especiais)?

No Kosovo, o DOE integrava equipas sniper, que foram empregues em apoio de operações convencionais desenvolvidas por uma força convencional num ambiente de estabilização de paz, fora do âmbito não convencional, onde as forças de operações especiais também actuam.

4. Quando em apoio a outro tipo de forças, a doutrina sniper prevê um oficial de ligação entre as equipas sniper e a força em apoio. Já efectuou esta função?

Sim.

No Kosovo, apesar do comandante da FND saber as valências das equipas sniper, como comandante do DOE, actuava como oficial de ligação relativamente ao melhor emprego das equipas sniper e informando sobre acontecimentos no decorrer das operações.

5. Os US Navy Seals e os USMC possuem snipers especializados, fundamentalmente, para a aquisição de informação. O sniper do CTOE também pode ser empregue desta forma?

O elemento sniper é particularmente encarado como um elemento preparado para a execução de tiro preciso a distâncias elevadas. Isto porque, para a aquisição de informação existem outros elementos, como as equipas de operações especiais na execução de uma das missões primárias das forças de operações especiais, o reconhecimento especial.

No entanto, o elemento sniper dispõe de técnicas, tácticas, procedimentos e meios que lhe permite ser empregue dessa forma. Pela profundidade que pode actuar no campo de batalha, e pela descrição no cumprimento da missão de tiro, o sniper é um vector de características únicas para a obtenção de informação detalhada da área de operações

6. Considera que o sniper se possa constituir um elemento do sistema ISTAR?

Sim. Atendendo, que o sistema ISTAR prevê a integração de sensores de vigilância, de reconhecimento ou de aquisição de objectivos, as equipas sniper podem actuar no cumprimento de missões de reconhecimento ou aquisição de objectivos neste contexto.

7. No Exército dos EUA, o curso de sniper não é apenas para forças de operações especiais.

Justifica-se a necessidade de possuir o Curso de Operações Especiais para efectuar o curso de sniper?

Numa relação de apoio é fundamental saber as características de quem apoia e de quem é apoiado. Tendo as forças de operações especiais características únicas de emprego e técnica, tácticas e procedimentos próprios, só um sniper com o curso de operações especiais poderá apoiar eficazmente uma força de operações especiais no cumprimento de uma missão especial. No entanto, o sniper tem a capacidade de perceber outras unidades e apoiá-las no seu emprego de forma eficaz.

Os meus sinceros agradecimentos pela sua colaboração e disponibilidade em contribuir para este trabalho. De certo que a sua cooperação será um elemento enriquecedor desta investigação.

Asp Tir CAV João Carvalho



ACADEMIA MILITAR -ENTREVISTA-

Esta entrevista foi criada no âmbito da elaboração do Trabalho de Investigação Aplicada, que tem como tema “O Sniper nas Operações de Reconhecimento”.

Este documento é direccionado ao comandante do pelotão sniper, que pela sua função é o responsável pela formação, treino e comando dos elementos sniper.

Informação Geral

POSTO: Primeiro Sargento

ARMA/SERVIÇO: Infantaria

NOME: Jorge Moura

1. Qual a principal diferença entre o sniper e o atirador especial?

O sniper age. O atirador especial reage.

O sniper tem como missão eliminar o C4I inimigo, enquanto que, o atirador especial tem como missão eliminar alvos designados. O atirador especial não possui o nível de emprego de um sniper, nem o nível de comando e controlo de uma equipa sniper.

2. Semelhanças entre o sniper e atirador especial?

A semelhança entre ambos é a aptidão para efectuar tiro.

3. Já integrou alguma Força Nacional Destacada?

Sim.

De 27 de Fevereiro a 8 de Agosto de 2008, integrei um destacamento sniper no teatro de operações do Afeganistão com a 1ª Companhia de Comandos “Morcegos”.

4. Quais foram as missões/tarefas principais do destacamento sniper?

O destacamento sniper tinha como missões primárias, a protecção da força em missões ofensivas ou defensivas, contra sniper, anti-carro, antipessoal, vigilância de pontos sensíveis e contra terrorismo.

As missões secundárias eram resgate de reféns, protecção de VIP's e VVIP's, Isolamento de área /objectivo, recolha de informações, regulação de fogos, protecção de itinerário e pontos sensíveis, eliminação VIP.

5. Já efectuou tiro contra algum tipo de blindagem militar?

Se sim, com que arma e munição?

Sim.

No Afeganistão houve a possibilidade de efectuar tiro contra a blindagem das viaturas HMMWV e das M11 com a Accuracy, utilizando munição Lapua normal e Lapua perfurante. A munição normal amolgou a placa de blindagem, mas a munição perfurante atravessou-a completamente.

6. O sniper tem a capacidade de fazer o guiamento da progressão de uma força por um itinerário?

Sim.

Através da comunicação pelos rádios Marconi, o sniper informava o comandante da patrulha ou o pisteiro, de determinados acontecimentos relevantes ao longo da progressão da patrulha pelo itinerário.

7. Os US Navy Seals e os USMC possuem snipers especializados, fundamentalmente, na aquisição de informação. O sniper do CTOE também pode ser empregue desta forma?

Sim.

Apesar da aquisição de informação ser o objectivo fundamental das patrulhas de reconhecimento de longo raio de acção, o sniper pode perfeitamente efectuar esse tipo de missões.

8. Acha que o CTOE, como entidade responsável pela formação de snipers em Portugal, deveria possibilitar aos seus snipers formações em exércitos estrangeiros?

Sim.

Toda a formação é bem-vinda. Dos cursos estrangeiros poderão ser retirados os ensinamentos necessários, adaptando-os à nossa doutrina.

9. Tendo a unidade a responsabilidade da formação snipers em Portugal, considera o armamento/equipamento da unidade desactualizado ou escaco?

De que forma?

O principal aspecto no material, é que as armas que são usadas na formação são as mesmas da parte operacional, e sempre que se inicia um novo curso há a necessidade de as atribuir aos candidatos a sniper.

À imagem de outros exércitos, seria desejável que se adoptasse o calibre .338, de forma a adquirir novas armas para a componente operacional, e assim direccionar as existentes somente para a formação.

Seria ainda importante adquirir microscópios de aquisição de alvos. Não só para os snipers, mas também para outras missões de operações especiais.

Os meus sinceros agradecimentos pela sua colaboração e disponibilidade em contribuir para este trabalho. De certo que a sua cooperação será um elemento enriquecedor desta investigação.

Asp Tir CAV João Carvalho